

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - TRABALHO INFANTIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0319/14	DATA: 09/04/2014	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 15h29min	TÉRMINO: 18h21min	PÁGINAS: 52

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>
--

CLÓVIS BOUFLEUR - Gestor de Relações Institucionais da Comissão Pastoral da Criança.  
TÂNIA MARA DORNELLAS DOS SANTOS - Assessora da Secretaria de Políticas Sociais da CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.  
RODRIGO HUGUENEY DO AMARAL MELLO - Assessor Técnico da CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.  
CLÉLIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO - Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação.  
VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI - Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.  
CARLOS JURUNNA DE SOUZA CASTELLO BRANCO - Chefe da Divisão do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.  
KARINA ANDRADE LADEIRA - Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho e Emprego.

<b>SUMÁRIO</b>
----------------

Debate sobre o tema <i>Trabalho Infantil na Agricultura</i> .
---

<b>OBSERVAÇÕES</b>
--------------------

Houve exibição de imagens. Houve exibição de vídeo.
--



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Boa tarde.

Declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil, e dá outras providências.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da 16ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Pois não. Dispensada a leitura da ata, passemos à votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos o tema *Trabalho Infantil na Agricultura*. Os expositores são: Sr. Carlos Jurunna de Souza Castello Branco; Sra. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro; Sra. Valéria Maria de Massarani Gonelli; Sr. Rodrigo Hugueney; Sra. Tânia Dornellas; Sra. Karina Andrade Ladeira e Sr. Clóvis Bouffleur.

Vamos iniciar as exposições, já convocando para compor a Mesa o Dr. Carlos Jurunna, a Dra. Clélia, a Dra. Valéria, o Dr. Rodrigo Hugueney, a Dra. Tânia Dornellas, a Dra. Karina Andrade e o Dr. Clóvis Bouffleur.

A primeira palestra será do Dr. Clóvis Bouffleur, Gestor de Relações Institucionais da Comissão Pastoral da Criança, representando o Bispo Dom Enemésio Ângelo Lazzaris, Presidente da Comissão Pastoral da Terra, por 10 minutos, podendo se estender até 15 minutos. Isso é para a gente exercitar o poder de síntese nas exposições.

Com a palavra o Dr. Clóvis Bouffleur.

**O SR. CLÓVIS BOUFLEUR** - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde à Mesa. Em nome da Deputada Sandra Rosado cumprimento a todos e a todas.

É uma grande satisfação receber o convite para participar desta discussão desta CPI que, para nós, da CNBB, é de extrema relevância para o enfrentamento deste problema social que é o trabalho infantil com a exploração da criança na agricultura.



O meu nome é Clóvis Bouffleur, sou representante da Comissão Pastoral da Criança. Então, vocês podem perceber que eu não sou um bispo, né? Represento aqui a CNBB, mas como leigo, e também sou representante de uma das Pastorais que existem na Igreja. A Pastoral específica que atua na área rural é a CPT — Comissão Pastoral da Terra, que tem também uma história de envolvimento aqui no País com temas como reforma agrária e ampliação do acesso a condições de trabalho na agricultura.

A Igreja Católica e as outras igrejas, as tradições religiosas, fazem parte da sociedade brasileira. Elas ajudaram a construir, ao longo da história do Brasil, os processos de democracia, de organização da sociedade. Isso ninguém pode negar, isso faz parte da história nossa. Nós somos o que somos hoje no País graças a diversos movimentos, entre eles a participação de organizações relacionadas com as tradições religiosas. Então, gostaria de deixar isto como registro, porque enfrentar problemas significa também a gente conceber o que permeia os problemas que existem, os problemas sociais.

Agora, nós partimos do princípio de que cada criança é única. Ela tem uma família, ela tem uma mãe, ela tem um grupo com o qual ela se relaciona, mas ela é única. Às vezes, quando a gente trata de assuntos sociais e temas como este, a gente usa estatísticas e médias, e aí acabam muitas vezes essas informações por confundir a gente. E a gente precisa partir de um princípio exatamente ao contrário: é uma criança com seus direitos, com a sua diferença, com o seu jeito de ser e com os seus direitos pessoais.

Essas informações que nós vamos ouvir hoje aqui — dados, estatísticas e também concepções, pensamentos — só fazem sentido se elas gerarem compromissos, compromisso aqui da Câmara, compromisso das entidades que estão aqui representadas. Caso contrário, nós vamos fazer mais um debate, mais um evento, e isso pode não resultar em efeito de mudança.

Recentemente, foi publicado pelo UNICEF um relatório mundial sobre a infância — ele é publicado todos os anos. Um dos dados deste ano tem a ver com o trabalho infantil de modo geral, não só na agricultura. No mundo, 15% das crianças são forçadas a trabalhar. Então, esse é um dado bastante sério, porque traz um quadro que nós temos que enfrentar não só no Brasil, que tem um tamanho gigantesco, mas com uma ação global.



Aqui no Brasil, acho que vocês vão ouvir, se já não ouviram nas reuniões anteriores, de cada três crianças, uma trabalha na área rural, no campo, na agricultura, de forma, digamos assim, explorada no trabalho infantil. A CPT todo ano tem uma lista de situações de conflito que acontecem na área rural, na agricultura, e aí são relacionadas pessoas que são perseguidas, que estão na lista de morte por questões agrárias. Toda vez que acontece uma morte, um assassinato, no campo, de um pai de família, de uma mãe de família ou de um grupo familiar, isso aumenta, repercute ou tem uma relação direta com o trabalho infantil e com a exploração do trabalho infantil, porque aquele pai de família vai fazer falta no suprimento, na subsistência daquela família. Aquele conflito agrário tem impacto na vida familiar. Então, isso precisa ser enfrentado.

Eu diria que o primeiro grande eixo de trabalho no enfrentamento dessa questão que hoje nós estamos debatendo... E nós temos, relacionada com essa temática, uma chaga no Brasil que a Igreja denuncia não só aqui neste ambiente, mas em todos os outros ambientes: a chaga da desigualdade. E existem pesquisas. Eu citaria — para depois quem quiser aprofundar nesse assunto — uma pesquisa feita há alguns anos, em São Paulo, por uma pesquisadora chamada Rita Barradas Barata, que constatou que, quanto maior o abismo entre ricos e pobres, a distância entre ricos e pobres, maior o número de homicídios, maior o número de... Aumenta a violência. Então, isso vale também para o campo. Nas regiões em que aumentou a distância entre os grandes produtores, os grandes latifundiários e o pequeno agricultor, esses locais merecem ser avaliados com especial atenção, porque vão ser encontrados aí fatores de perigo para a sobrevivência e também fatores que aumentam o trabalho infantil e a exploração do trabalho infantil. E especialmente em pequenos... Quanto menor a propriedade, maior a propensão de haver exploração do trabalho infantil. Então, essas questões ligadas à desigualdade num país como o nosso, que é o 12º país mais desigual do mundo, isso precisa ser considerado.

E eu trago a segunda questão para ser pensada aqui, nesta CPI. Nós temos uma posição. Certamente, quando a Igreja foi convidada para vir aqui... A Igreja não só... É claro que eu represento aqui a tradição católica, mas aqui eu poderia também tomar a liberdade de me expressar como tradição, das outras tradições, porque há um diálogo entre nós sobre esses assuntos com o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), que representa as Igrejas Evangélicas. Eu também



represento, aqui no País, a Rede Global de Religiões pelas Crianças. É uma rede mundial com as principais religiões do mundo, e nós tratamos de temas relacionados à violência. Todos os anos, nesta Casa aqui, nós fazemos o Dia Mundial de Oração e Ação pela Criança, em 20 de novembro, e nós tratamos desse assunto. Então, há um consenso de que todas as formas de exploração do trabalho são condenáveis, claro, aqui, é o posicionamento das tradições religiosas.

Agora, é preciso, em alguns momentos, pela história, pela forma como isso é levado adiante nos ensinamentos nas comunidades, nas famílias, diferenciar a exploração do trabalho da criança ou trabalho infantil de tarefa doméstica. Esse assunto às vezes é um pouco espinhoso, como a gente diz, porque não tem uma linha tão clara de onde começa um e termina o outro. Quando a gente fala de tarefa doméstica, é aquela orientação passada de pai para filho, de ajuda familiar, de contribuição no ambiente doméstico para o aprendizado, não é? A criança aprende dentro da família. E aí o limite é muito próximo da exploração, em alguns ambientes.

E quem atua nessa área também certamente vai concordar com a gente que, dependendo da região, um comportamento pode ser interpretado como exploração do trabalho, e outro, não, dependendo do ambiente. Tudo tem a ver com uma série de fatores. E aí um simples ato de ajudar na plantação pode parecer trabalho de exploração e, da forma como ele é levado adiante, pode também não ser, pode ser tarefa doméstica, ensinamento, e a criança, especialmente quando ela faz com satisfação... Eu diria que, se existe um indicador para saber se a criança está sendo explorada é perguntar a ela: *"Isso que você está fazendo... Você se sente feliz? É prazeroso ou isso te magoa, te chateia?"* Se a criança faz com prazer, na visão da criança aquilo é uma brincadeira, em alguns momentos.

Não estou querendo aqui minimizar nada, mas é preciso a gente ter também muita sensibilidade ao tratar deste assunto, da diferenciação de trabalho infantil e tarefa doméstica ou ensinamento no ambiente familiar.

E aqui eu trago, então, o terceiro grande eixo de reflexão: crianças exploradas na agricultura. Vocês aqui certamente já debateram isso, eu só trago aqui como registro. Quais são as explorações que a gente mais verifica na agricultura: condições de moradia muito precárias; má alimentação; agentes agressivos ao ambiente, como agrotóxicos, insetos, cobras, e todos os tipos de perigos que



existem na área, na agricultura. E também há crianças exploradas com tarefas muito, muito pesadas, além da sua condição peculiar de desenvolvimento.

Milhares de crianças no País são exploradas, e certamente dados virão à tona neste debate. E algumas situações não só agravam a situação de saúde da criança, mas levam à morte, por questões relacionadas ao trabalho.

A Igreja tem uma série de ensinamentos; não é só *Pai-Nosso*, *Ave-Maria*, orações. A doutrina social da Igreja tem uma visão que vai muito além do culto ou da celebração de doutrina ligada ao culto. É o que a gente chama de doutrina social da Igreja. E ela serve para iluminar a gente, né, iluminar as pessoas de fé na hora de tomar decisões na área social. Eu não vou me ater a essa doutrina social da Igreja, eu apenas a cito como um referencial para a reflexão de todos aqui.

E, ao longo da história, essa doutrina trouxe alguns princípios, e os princípios da doutrina social estão registrados no que a gente chama de Encíclicas. E um dos princípios é o trabalho. Em primeiro lugar, o trabalho. E o trabalho tem uma função social, produz bens, e também tem a função de estabelecer relações sociais. Ele é mais do que máquinas, é mais do que todo o processo de produção. E aí há uma série de conceitos.

Depois, esta apresentação vai ficar disponível aqui, para os senhores.

Tem a questão do justo salário, da justiça social que vem a partir do trabalho, que foi uma das defesas de João Paulo II, e a propriedade. A propriedade tem uma função social. E aqui entra o debate de outro grande eixo deste momento aqui de discussão: como é que a propriedade se insere com o mecanismo de produção do trabalho infantil, a visão de propriedade que nós temos, a propriedade privada. Sobre ela, fala o Papa João Paulo II, "*pesa uma hipoteca social*".

Nós defendemos a vida, desde o seu primeiro momento até a sua morte natural, e é por isso que esse assunto tem a ver com todo o compromisso da Igreja, ou das igrejas, com a pessoa. A participação, para nós, é fundamental, é o fundamento de toda a discussão que a gente estabelece. Não há busca do bem comum ou de construção da democracia sem a participação de todos, com todas as visões, do contraditório, inclusive. Isso está no catecismo da Igreja Católica.

E aí eu finalizo, porque acho que o meu tempo já chega ao final, não é, e a gente, no final, também tenta apontar algumas questões para sinalizar para aonde andar. Nós propomos: diálogo com as famílias. Não podemos, mais uma vez,



condenar as famílias. Quando a gente tem um problema social é fácil o Estado chegar e condenar a família: *“Porque vocês fizeram errado, porque vocês não criaram, porque vocês levam a criança ao trabalho infantil”*. Mais uma vez, eu chamo a atenção, para nós não condenarmos as famílias, mas estabelecermos um processo de diálogo.

Em segundo lugar, promover fiscalização e punição dos exploradores. Não podemos também fugir da necessidade de envolver os diversos órgãos do Estado para isso.

Produção de alternativas para a sobrevivência, se não a gente fica no discurso. Nós temos aí alguns programas sociais, alguns até históricos, mas precisamos avançar além dos programas sociais que já existem.

Acesso à escola — aqui certamente o MEC vai falar disso — é precário em algumas áreas, principalmente no Norte e Nordeste do Brasil, mas também no miolo dos Estados do Sul e do Sudeste.

Finalmente, mobilização para diminuir a pobreza como uma das formas de erradicar o trabalho infantil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Dr. Clóvis Bouffleur, pelas suas informações. Eu quero agradecer, em nome dos que fazem a CPI, pelas informações.

Concedo a palavra agora à Sra. Tânia Dornellas, Assessora de Políticas Sociais, representando o Sr. Alberto Ercílio, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.

Com a palavra a Dra. Tânia, que terá 10 minutos, podendo se estender até os 15, no máximo, porque temos muitas pessoas para fazerem parte desta Mesa. Obrigada.

**A SRA. TÂNIA MARA DORNELLAS DOS SANTOS** - Está ótimo. Muito obrigada. Boa tarde a todas e a todos! Então, a gente vai trazer um pouco, nesta apresentação, da vivência que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura tem no debate que aqui está posto, que é o trabalho infantil na agricultura.

Antes, eu queria chamar a atenção para alguns dados importantes para vocês. Por que a CONTAG discute proteção infantojuvenil? Nós temos um motivo,



que é muito forte. Nosso motivo são 10.969.260 crianças e adolescentes que estão nas áreas rurais de 0 a 18 anos. Esse é o motivo que move todo o trabalho que a gente tem desenvolvido e todo o debate que a gente tem feito sobre a proteção infantojuvenil no campo e, muito fortemente, sobre a questão do trabalho infantil na agricultura familiar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Aqui são os dados que a gente já discutiu aqui na CPI — não é a primeira vez que a gente vem contribuir. Então, nós temos hoje um total de 3,4 milhões de crianças e adolescentes. A gente vai perceber que essa incidência do trabalho infantil é muito maior na área rural, já que 20,8% das crianças e adolescentes que ali residiam exerciam atividades de trabalho, de acordo com todos os critérios adotados para se definir o que é trabalho.

Trazendo alguns dados com relação à atividade econômica, a gente também vai perceber essa concentração: no setor agrícola, 30%; no comércio, a gente tem 20,4%; na indústria de transformação, 9,1%; na construção, 4,8%; e, no serviço de alojamento e alimentação, 4,5% do trabalho.

Outro dado importante de a gente olhar — aqui talvez a tabela não fique muito clara para vocês, mas depois ela pode ser disponibilizada — é que, vocês vão perceber que, em números absolutos, a incidência maior do trabalho infantil não está na área rural, mas na área urbana. Só que, quando a gente vai olhar os números relativos, aí, sim, o problema aparece, porque a gente consegue perceber claramente que, em números relativos, a área rural é a que detém a maior incidência de trabalho infantil.

Aqui a gente traz, na verdade, duas dimensões. Quando a gente fala em trabalho infantil na agricultura, a gente precisa ter muito claro que, pelo menos enquanto movimento sindical de trabalhador rural, nós reconhecemos dois tipos de agricultura, que é agronegócio e a agricultura familiar. É preciso que isso seja colocado, porque a análise do trabalho infantil na área rural também deve ser feita a partir desta especificidade: do que é agronegócio e do que é agricultura familiar.

Trago um pouco do que seria o trabalho infantil nas cadeias produtivas. Ele ocorre, principalmente, por conta de uma vinculação, cada vez maior, no que se refere à realidade interna dos países, mas com essa própria articulação que a gente tem num processo global. Então, você tem uma articulação maior não só nos países





das economias, mas também as relações de trabalho se dão nesse contexto. Então, você tem economias que se têm interligado cada vez mais, que se tornam internacionalizadas. Além dessa realidade que também contribui com o trabalho infantil, você tem uma dimensão cultural, que é muito forte e que a gente precisa ter um olhar especial para ela.

Quanto ao efeito perverso do trabalho infantil nas cadeias produtivas, nós pensamos sempre como aumento do desemprego, subempregos, trabalhos precários, aumento da desigualdade econômica e exclusão social, enfim, características que passam longe do que a gente defende tanto como uma agenda de trabalho decente.

Então, para a classe trabalhadora, o que acontece? Para você tentar garantir essa sobrevivência e a necessidade de a gente se incluir nesse padrão de desenvolvimento do País, muitas vezes, acontece que essas famílias, para serem inseridas também, acabam fazendo com que não só os adultos se insiram no mercado de trabalho, mas também as crianças.

É uma realidade que, graças a várias legislações — eu tenho certeza de que a Karina vai trazer depois, enfim —, a gente conseguiu avançar muito e reduzir bastante o trabalho infantil no assalariamento rural, que seria o caso aqui.

Aí é aquilo que eu tinha colocado, é uma realidade que, além de ela ser um terreno fértil não só para a não observância dos direitos trabalhistas dos adultos, também interfere nas famílias desses trabalhadores e, obviamente, nas crianças e adolescentes que estão inseridos nessas famílias.

Aqui, a gente fez o exercício de pensar as dimensões e alguns desafios também. O que a gente poderia pensar como desafio, no caso dos empregadores? Uma responsabilidade por parte das empresas em encontrar formas de resolução dos problemas sociais, porque muitas vezes as empresas se inserem em determinados contextos, mas o mundo gira só dentro daquele quadrado. Toda empresa que vai para alguma comunidade, para alguma região, para algum Estado, ela muda a dinâmica de trabalho, ela afeta, sim, a parte social daquela comunidade, ela afeta as famílias.

Então, seria importante também incorporar novos elementos e ações as suas práticas sociais, como momentos formativos com os trabalhadores. Muitas vezes se discute: *“Ah! A minha empresa não tem o trabalho infantil”* — e aí sempre pensando



no caso do trabalho infantil na agricultura. Então, “a *minha empresa não tem um trabalho infantil bom*”. Que bom que a sua empresa não tem, mas você produz a sua matéria-prima? Não. Você tem um fornecedor. Você acompanha como está o trabalho desse fornecedor, que deve ter outro fornecedor, que tem outro fornecedor? Entendeu? Quer dizer, é a cadeia produtiva, é algo que a gente precisa começar a discutir também. É ou não é responsabilidade da empresa? No nosso ponto de vista, é uma responsabilidade ética.

Monitorar e definir sanções claras para os fornecedores que não cumprirem as cláusulas sociais contra o trabalho infantil. Na verdade, as cláusulas existem, estão postas nos contratos, mas, muitas vezes, são cláusulas que não se efetivam. Como tem sido esse monitoramento? Eu não estou falando do ponto de vista da fiscalização, mas do ponto de vista mesmo de como tem se dado a gestão interna das empresas.

A outra dimensão que a gente traz e tem debatido muito, realmente é o nó, quando se fala em trabalho infantil na agricultura, que é o trabalho infantil inserido na agricultura familiar. Que trabalho é esse? Tudo é trabalho? Tem algo que não seja trabalho? Mas a gente só pode discutir isso a partir desse ponto. Quer dizer, para nós, os povos do campo, da floresta, das águas, é fundamental entendermos que a transmissão dos valores, do conhecimento, se dá no âmbito da unidade familiar. Então, toda transmissão de conhecimento, a produção do trabalho não acontece em momentos separados. Elas acontecem simultaneamente.

Então, isso já é o principal nó que, para a gente que discute o trabalho infantil, como fazer esse debate da forma mais justa possível também? Antes de trazer os desafios na agricultura familiar, é importante a gente colocar — depois eu vou trazer um pouco — que, quando se discute trabalho infantil na agricultura familiar, a gente não pode pensar só no âmbito do trabalho em si da criança. Por quê? Eu posso falar porque a CONTAG está no CONANDA, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A CONTAG faz esse debate sobre trabalho infantil não é de hoje. Há 22 anos a gente vem fazendo esse debate, mas você considerar só o trabalho infantil, você olhar só o trabalho infantil na área rural não é a estratégia. Você tem que olhar a questão econômica, a ausência de política pública, um Estado que muito tempo ficou realmente totalmente ausente dessa área, desses territórios



rurais. Como o colega tinha colocado, é uma hipoteca social que ainda está em curso.

Então, alguns desafios também são colocados para a gente pensar a questão do trabalho infantil na agricultura familiar, que seria o quê? Compreender que é preciso garantir às famílias dos trabalhadores rurais uma proteção social integrada. Que ela realmente seja uma proteção social integral, como a gente tem a proteção integral da criança e do adolescente. Não dá para você pensar em áreas rurais sem pensar numa proteção social também para essas famílias. Além disso, garantir o acesso a outras políticas: a questão da educação, como já foi colocado, cultura, lazer. O quê a gente tem hoje de equipamento de lazer, de cultura nas áreas rurais? Nós não temos.

Outra coisa seria o quê? Definir estratégias de sensibilização, conscientização das famílias, porque muitas vezes o que acontece? Aí é uma fala muito pessoal, minha mesmo, enquanto assessora da entidade, porque você apanha muito também quando vai falar sobre trabalho infantil na área rural, quando vai falar com o trabalhador rural. Por quê? Porque muitas vezes as famílias foram culpabilizadas. A gente parte de um histórico de que a família é responsável por tudo, a família é culpada de tudo, mas é uma família que não tem educação, é uma família que está numa área em que as escolas estão sendo fechadas em detrimento de uma política de transporte escolar, enfim, são coisas que, quando você vai discutir isso com a família, ela fala assim: *“Tá, mas eu vou tirar do trabalho e vou fazer o quê?”* Essa é uma primeira dimensão. E outra: *“Bom, tudo bem, eu vou tirar do trabalho”*, mas aí a gente tem a nossa lista TIP. Inclusive a CONTAG ajudou a construir isso. Depois a Karina vai trazer isso um pouco melhor. A CONTAG participou desse momento histórico também, mas o que acontece? Todas, todas, todas, todas as atividades da agricultura estão ali na lista TIP.

Então, como você garante a construção da identidade do sujeito do campo, se você só pode fazer com que aquele sujeito social, que é o adolescente, principalmente o adolescente, não mais a criança, mas o adolescente, como é que você garante que ele possa ter gosto pela área rural se ele só poderá exercer alguma atividade a partir dos 18 anos?

Bom, se na área rural nós tivéssemos escolas decentes, se nós tivéssemos transporte decente, talvez isso até pudesse ser uma realidade, porque você



aprenderia. Essa parte educativa de socialização, talvez, a gente poderia colocá-la casada no ambiente escolar, só que essa não é a nossa realidade, por mais que a gente tenha avançado, sim, com políticas sociais para a área rural. Então, com 18 anos, normalmente, esse adolescente já está na cidade, porque não tem ensino médio no campo. Então, a partir dos 15, 16 anos, eles já vão para as áreas urbanas, mesmo que não seja para uma grande metrópole, mas pelo menos ele vai para a sede do Município, que tem o ensino médio, ele vai para a capital do Estado dele e dificilmente vai voltar para exercer alguma atividade na área rural.

Às vezes, a gente fala isso e as pessoas dizem: *“Ah! Mas é sempre esse mesmo discurso”*. Infelizmente, é sempre esse mesmo discurso, porque ainda, por mais que a gente tenha se esforçado — o movimento social, o Governo etc. —, não conseguimos mudar essa realidade. Então, são importantes essas estratégias de conscientização, de sensibilização. E outra, muito importante, que diz respeito mesmo ao nosso Estado, é a geração de informação. Nós não temos muito acesso a... Na verdade, eu acho que não é só não ter acesso. Nós não temos muitos dados sobre a área rural. É questão de dados mesmo. Você pega qualquer política que apresenta uns dados, estatísticas, como o colega colocou, e normalmente ela vem como? Agregada. A gente não tem o dado desagregado que vá facilitar que a gente reconheça aquela realidade do campo. Ela fica diluída no meio. Isso, para a gente, é muito difícil. É difícil para a gente enquanto movimento social para fazer controle social das políticas, como é difícil também para o Estado brasileiro implementar políticas sem conhecer minimamente aquela realidade.

Pensando um pouco na história, eu vou trazer muito a questão da educação, vou frisar muito a questão da educação nesse tempinho que a gente tem. Por quê? Porque não só na luta contra o trabalho infantil na agricultura familiar, no âmbito do agronegócio, enfim, mas em qualquer debate que a gente faz sobre trabalho infantil, o que a gente sabe hoje? Que a educação é uma estratégia fundamental para o enfrentamento desse problema. Ela é fundamental! Na área rural, esse problema, então, se torna maior, porque a gente tem uma fragilidade ainda na educação que é ofertada para as populações do campo. Superar o quadro dramático de precarização e abandono em que as escolas se encontram, que é um reflexo do descaso com que a educação do campo tem sido tratada, é um passo fundamental para a gente.



Quem conhece um pouquinho da área rural vai saber que a realidade é essa: infraestrutura precária, sobrecarga de trabalho dos professores, instabilidade no emprego, porque a maioria dos professores são terceirizados. Então, tem toda uma influência política também no Município para a contratação desses professores. Para a área rural, infelizmente, ainda é um castigo, ou é aquele professor que tem algum problema político no âmbito do Município, ou é aquele professor que é o mais fraquinho, e você o manda para a área rural.

Então, angústias relacionadas à organização do trabalho pedagógico, que é extremamente solitário. Esse próprio acompanhamento das professoras e professores que estão nas áreas rurais é precário. O currículo é deslocado. A gente chama de um currículo descontextualizado, porque você não consegue trabalhar a riqueza que o campo tem. Por mais que a gente faça essas críticas, elas são necessárias, mas também é preciso reconhecer que a gente tem avançado, inclusive na política educacional, mas é preciso fazer muito nessa área.

Então, se vocês forem olhar a questão do fracasso escolar, os maiores índices normalmente estão em que área? A defasagem da idade/série normalmente está em que local? Eu já tinha colocado o avanço de uma política de nucleação vinculada ao transporte escolar, que na verdade faz com que os Municípios optem, muitas vezes, por fechar uma escola rural porque tem uma turma pequena. Não dá para você querer uma turma normal, igual a que a gente tem na cidade, uma turma com 20, 25, 30 alunos. São turmas menores, até por conta do espaço geográfico.

Aí o que acontece? Essas crianças são levadas para a sede dos Municípios. Isso tem um impacto muito grande não só para a criança em si, porque não aprende. Ela sai cedo de casa, sai de madrugada, ela está cansada e não vai aprender, mas afeta também na questão do trabalho infantil, porque muitas vezes alguns pais não colocam e não vão mandar. Eles não vão mandar. Eu não mandaria também. Em algumas situações, em alguns tipos de transporte, para uma educação que não tem sido a que os povos do campo merecem. A gente não pode dizer que não tem o acesso. Nós temos o acesso, mas a qualidade ainda precisa aprimorar.

Outro desafio seria garantir essa articulação das políticas públicas em todos os níveis, porque a gente tem muito isso no papel ainda hoje.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Doutora, lamentavelmente...



**A SRA. TÂNIA MARA DORNELLAS DOS SANTOS** - Eu estou acabando, fechando.

A gente tem muito isso no papel, mas a gente não tem na prática ainda. É um exercício que a gente tem feito.

Outra questão seria garantir a articulação dos diferentes atores sociais. Da mesma forma, a gente tem muito no nosso discurso, mas não na nossa prática. E não é má vontade, é um exercício novo mesmo você sair das caixinhas e tentar trabalhar de forma mais integrada.

Para fechar, nós também temos desafios internos. A gente não pode só chegar aqui e falar dos desafios dos outros, mas temos os nossos também, que é principalmente pensar em quais culturas, hoje, na área rural, a gente consegue minimamente fazer um estudo mais aprofundado, o movimento sindical como um todo, as federações, os sindicatos, para a gente começar a verificar onde tem maior incidência de violação dos direitos da criança e como, enquanto movimento sindical, contribuir para reduzir esse número de crianças trabalhando.

Outra coisa, obviamente, é promover processos formativos contínuos, com dirigentes, lideranças, assessorias, tratando do tema, não só da proteção infantojuvenil como um todo, que é a garantia de todos os direitos, a proteção integral, mas a violação dos direitos também, dentre eles o trabalho infantil.

Eu teria um videozinho para passar para vocês, mas o tempo nosso é curto e não quero atrapalhar a fala dos colegas também.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Dra. Tânia, pelo brilhantismo de suas palavras.

Eu convido agora o Dr. Rodrigo Hugueney, que representa a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura — CNA.

O senhor disporá do mesmo tempo dos outros palestrantes. Obrigada.

**O SR. RODRIGO HUGUENEY DO AMARAL MELLO** - Boa tarde a todos e aos meus colegas da Mesa!

Vou tentar ser o mais breve possível, até mesmo porque muitos dos temas que vou abordar a minha colega Tânia, da CONTAG, já abordou, porque no trabalho infantil a gente tem que pensar todos como um só. Tem que ser todos na mesma linha de pensamento para a gente conseguir acabar com esse mal.



Então, vou começar com uma informação que ela já passou, que é o trabalho infantil. No meio rural, ele vai diminuindo, conforme as crianças vão ficando mais velhas. De 15 a 17 anos, elas começam a sair do campo e buscam os Municípios, o meio urbano.

A maior justificativa para as estatísticas apresentadas pela Tânia é a pobreza familiar e rural, a falta de educação e a situação precária das famílias. Isso é um fator determinante para o trabalho infantil no campo.

Como também foi dito, a questão cultural é muito relevante. Por quê? Porque o trabalhador rural não consegue assimilar que ele está prejudicando a criança ao colocá-la no campo, porque ele está no campo desde que era criança e não se vê prejudicado por isso. Então, esse fator cultural acaba dificultando, porque é um pouco difícil você mudar o pensamento do trabalhador para que ele não coloque o seu filho para ajudar a trabalhar, porque ele pensa que está melhorando, ajudando no desenvolvimento da criança, como se fosse um trabalho aprendiz. Acontece que de aprendiz não tem nada também porque não segue os ditames da lei e acaba, muitas vezes, prejudicando o desenvolvimento da criança.

Outro fator que também agrava, aumenta a situação do trabalho infantil foi também citado pela Tânia. Eu até comentei aqui com a Deputada. Como diz o ditado, O trabalho enobrece o homem. Então, o povo tem aquele pensamento de que, ao colocar a criança para trabalhar, vai afastá-la da marginalização, da rua e acha que vai, sempre com aquele pensamento da melhor das boas intenções, ajudar, mas acaba que não, porque a gente percebe que a criança deve ter o direito de estudar, de brincar para se desenvolver da melhor forma possível.

Então, a gente acredita que uma das principais vertentes para a erradicação do trabalho infantil, como dito aqui no final pela colega, é a educação, que é muito importante para erradicar o trabalho infantil.

O programa *Fantástico* está apresentando uma série agora que retrata o panorama da educação no Brasil. Não sei se alguém viu. Há uns três ou quatro domingos atrás, passou exatamente a situação da educação no campo nos Estados de Alagoas, Maranhão e Pernambuco. É espantoso você assistir — não sei se alguém aqui assistiu — a ausência do poder público lá: as escolas não têm banheiro, água potável e tem escola que não tem nem sala de aula. Como pode uma escola não ter sala de aula? Foi mostrado criança que tem que acordar 2 horas,



3 horas da manhã e andar 20 a 30 quilômetros para chegar à escola. Ela acorda, tem que pegar um caminhão adaptado, andar na boleia do caminhão para ir, em estrada de terra, até a rodovia, pegar o ônibus, o transporte, para ir à escola. Aí ela chega à escola. Por mais que ela esteja no Município... O programa mostrou uma das escolas, que fica em Pernambuco — e você acha que é no interior? Não, não é no interior, é questão de 6 quilômetros de Recife —, alagada na frente, e é permanente o alagamento, tanto que construíram um caminho para as crianças irem pulando de degrau em degrau até chegar à escola. Então, não pode acontecer isso.

Voltando à escola sem sala de aula, as crianças têm aula debaixo de uma mangueira. Se começa a chover, todo mundo sai correndo para não tomar chuva.

Pelos casos que foram relatados — isso no campo —, a criança chega a ser um trabalhador terceirizado, pela própria boa vontade de a pessoa querer ensinar. Então, ela coloca a própria casa à disposição e dá aula para três turnos diferentes. É um ensino multisseriado que eles estão chamando, e falaram inclusive na reportagem que é muito comum no Brasil. Isto é preocupante: um professor dando aula para três turnos diferentes, quatro turmas diferentes, diferentes idades, diferentes conteúdos. Como administrar tudo isso? Você vê que não tem como a criança aprender e se desenvolver com isso.

Então, a gente tem que priorizar esse ponto da educação, investir na educação, investir em melhoria. Se você vê uma estrutura de escola como essa, o que a criança vai ter, como material, uniforme, caderno, livro? Qual vai ser o aprendizado dela? O aprendizado fica deficiente, ela fica para trás e acaba muitas vezes recorrendo ao trabalho, porque ela não vê futuro em estudar, ela não tem por que estudar, não tira proveito daquilo ali porque a estrutura não permite.

Um dos casos que foi retratado mostrava que não tinha aula todos os dias na escola porque algumas crianças tinham que trabalhar. Ou seja, as crianças não podiam estudar por causa do trabalho. Então, vejam a que ponto se chega no meio rural. Eu acredito que isso seja um atraso. Eu acho que tem que melhorar nesse ponto.

Então, a gente bate nesta tecla de que, para a erradicação do trabalho infantil, o importante é a educação. A CNA tem um programa chamado Escola Viva, que tem como principal ação acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos visitando a família. Aí entra o que o nosso colega da pastoral falou, que o debate com a família





é muito importante, porque não se pode condenar, tem que instruir, conversar. O debate é muito importante.

Desenvolvimento de atividades coletivas, que complementam aos poucos o estudo que eles têm, desenvolvimento de curso para professor, envolvimento do espaço da escola com o agente público, com médico, com assistente social, para agregar valor, oferta de curso profissionalizante para os pais, porque muitas vezes é como ele falou, um pouco de ignorância, é um fator cultural: *“Eu estou aqui, trabalhei a minha vida inteira aqui, e o meu filho vai ser que nem eu”*. Mas não é assim, não é esse o caminho.

Outro fator que contribuiria para a erradicação do trabalho infantil é a qualificação da mão de obra. Com uma mão de obra qualificada, você aumenta o formalismo. Aumentando o formalismo do trabalho, você consequentemente acaba diminuindo essas informalidades de colocar a criança para trabalhar, até mesmo o trabalho escravo e as várias formas de trabalho degradante.

O SENAR, que é o Sistema S da CNA, também tem um programa chamado Agrinho, que é voltado exatamente para a criança, para ajudar no desenvolvimento pedagógico das crianças de primeira a quarta série. Esse programa começou em 1995, nas escolas rurais, no campo, e está dando tão certo que está até chegando para o meio urbano. Além desse programa, tem muitas políticas voltadas para a aprendizagem do jovem, para a qualificação da mão de obra, para poder tentar, ao máximo, diminuir o trabalho infantil.

Então, a gente tem essa posição de combate ao trabalho infantil, o que é muito importante. Acredito que a educação é o ponto-chave, o mais importante. A educação é a base de tudo. A gente tem que trabalhar todo mundo junto, numa única linha, numa única vertente; tem que juntar empregador, trabalhador, Governo, entidades civis. Não tem lado de empregador, trabalhador, lado de Governo. Só tem um lado, que é contra o trabalho infantil. A gente tem que trabalhar todos juntos, com ações conjuntas para ajudar a combater esse mal, que é o trabalho infantil.

Então, eu tentei ser o mais breve, até mesmo porque muito da minha apresentação a minha colega Tânia já antecipou. Então, eu tentei mais agregar à apresentação dela.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Com a palavra a Relatora, Deputada Luciana Santos.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Rodrigo, essas questões que você levanta são procedentes. Nós somos daquelas que têm a convicção de que, sem dúvida, a escola, além do debate de ideias que temos de travar com a sociedade, é o caminho mais estruturante para fazer valer o fim do trabalho infantil. Mas isso é um lado da questão e, nós aqui, inclusive, na semana retrasada tivemos um debate exclusivo, no qual esteve presente a Clélia também, em que estudamos este fenômeno da diminuição das escolas do campo. É necessário que a gente faça uma análise disso, para poder retomar ou reestruturar a política da questão da educação no campo.

Mas, com o representante da Confederação Nacional da Agricultura... Proporcionalmente, como já foi dito pela própria Tânia, há uma incidência muito grande de crianças na atividade da agricultura. Além desses programas a que você se referiu, que são uma espécie de compartilhamento com as políticas que eminentemente são políticas públicas do Estado, em que medida há uma articulação — pois a Confederação Nacional da Agricultura evidentemente inclui também a parte mais forte da produção da agricultura, que é a agricultura industrial no País, que tem um peso econômico, uma dimensão econômica muito importante no País... Eu pergunto: como é que a CNA desenvolve ações no sentido criterioso, junto à indústria da agricultura, para erradicar o trabalho infantil? Existe algum tipo de política da própria CNA no tratamento das grandes empresas da indústria da agricultura, partilhada com o Ministério do Trabalho, sistemática, para a gente poder reduzir esses números, que são ainda persistentes e significativos, na medida em que, proporcionalmente, há uma incidência maior na agricultura?

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Sra. Presidente, Deputada Sandra Rosado, e nossa Relatora, Deputada Luciana Santos, só para a questão da dinâmica da audiência, por exemplo, o questionamento que a Deputada Luciana Santos fez, o Rodrigo vai responder agora ou vai responder ao final? Como será? Eu também tenho pergunta para ele. Quero saber se vai ser no final ou se ele já responde agora à nossa Relatora Luciana.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Eu queria discutir com a Relatora se seria melhor ao final ou a cada palestrante, para não perder o ritmo?



**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Só se nós fizermos assim: a cada três palestrantes...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Pronto, então a cada três. A gente faz agora quanto aos três que já se pronunciaram, e V.Exa. pode inclusive fazer a sua pergunta ao Dr. Rodrigo Hugueney.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Quero parabenizar, por enquanto os três expositores, pelas exposições que aqui fizeram e agradecer a presença dos mesmos. Eu também gostaria, no mesmo viés da Deputada Luciana, de fazer umas indagações ao Rodrigo Hugueney, Assessor Técnico da Confederação, não é isso?

**O SR. RODRIGO HUGUENEY DO AMARAL MELLO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Eu achei, Rodrigo, que o que você expôs, que a sua exposição é sua opinião pessoal. Eu vi como sua opinião pessoal e achei ótimo. Achei que você fez uma exposição da sua opinião pessoal; porque me parece que foi mais a opinião pessoal que você colocou sobre o trabalho infantil, o trabalho infantil no campo, o que tem que ser melhorado em termos sociais.

Mas o que eu queria saber, porque você veio como representante da CNA, não é isso, é mais sobre os números. Nós sabemos dos números que têm o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação. Como a Deputada Luciana falou, foram fechadas 37 mil escolas, não é isso? Trinta e sete mil escolas foram fechadas. Então, eu queria saber mais em termos de números. O que a Confederação tem em termos de números? Qual é o tipo de agricultura que emprega mais o trabalho infantil? Qual emprega menos? Quais são as atitudes tomadas pela Confederação junto ao agronegócio, independente do Ministério Público e do Ministério do Trabalho? Quais são esses números? Qual o tipo de agricultura? Qual sacrifica mais a criança? Nós sabemos que todos os trabalhos infantis para a criança são sacrifícios. Criança não é para trabalhar; é para estar na escola ou é para estar curtindo a infância e a adolescência. Mas qual é o trabalho que é mais sacrificante? Existe algum tipo de trabalho infantil na agricultura? Os pais dão preferência para botar as crianças em certos tipos de agricultura? Queria saber um pouquinho mais sobre isso, complementando aí a pergunta da nossa Relatora.

**O SR. RODRIGO HUGUENEY DO AMARAL MELLO**- O.k. Muito obrigado.

Começando pela pergunta da Relatora, acredito que, ao responder as duas juntas, vai atender, né? Bom, primeiramente, a minha exposição foi mais baseada



no trabalho infantil na agricultura familiar. Na agricultura familiar, os pais preferem colocar o filho mais na produção da lavoura, para poder ajudar no trabalho de casa. Então, é mais na lavoura.

A CNA mantém um contato estreito com as nossas federações e sindicatos, exatamente mantendo a informação e fazendo um trabalho preventivo para informar e para poder prevenir o trabalho infantil. Então, a gente instrui, a gente está presente nas federações, apresentando as nossas políticas, como o programa Escola Viva, que, por mais que seja pela educação, também atinge o fim do trabalho infantil. E tem também o trabalho da cadeia produtiva, conforme falado pela Tânia.

Então, a gente tenta fiscalizar, instruir e passar informação sobre o trabalho infantil. A gente tem a política da aprendizagem, tem o SENAC, que faz aprendizagem para o jovem, exatamente para evitar o trabalho infantil e para inserir no mercado de trabalho a mão de obra qualificada e legal, para poder melhorar o...

Em questão de números, a CNA... A gente não tem uma base de dados em questão de números da CNA. Os números que eu tenho... Por questão de brevidade, eu passei a parte estatística para a Tânia, que trabalhou muito bem, trouxe o quadro e tudo o mais. Então, com relação a números, a gente fica mais com o quadro geral. Até os 15 anos, trabalham no campo; depois, eles migram para o meio urbano. O trabalho de lavoura, com agricultura familiar, é onde tem muita criança trabalhando, porque aí vem a questão cultural que eu falei, que o pai coloca a criança para trabalhar até mesmo visando um pouco de lucro, sem remunerar, e atrapalhando o desenvolvimento da criança.

Então, infelizmente, com relação a números, eu vou ficar devendo. Mas o trabalho que a CNA faz é, junto com as federações, de tentar dar o máximo de informação e o máximo de instrução para evitar que tenha o trabalho infantil na cadeia produtiva e no trabalho da agricultura familiar. Espero que eu tenha respondido. Qualquer questão...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Contemplado com a resposta?

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Contemplado. Não sei se a Deputada Luciana vai fazer mais... Eu queria fazer uma pergunta para a Tânia, mas não sei se a nossa Relatora quer... Não?



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Deputado Dr. Paulo César.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Tânia Dornellas, Assessora de Políticas Sociais da CONTAG, que fez, como os nossos dois outros convidados, uma bela exposição. O nosso Clóvis falou que, de cada três que trabalham em trabalho infantil, um está no campo, não é isso, e dois, na zona urbana. E a Tânia abordou sobre as condições... Pelo que eu entendi, são as condições sociais, a falta de Estado no campo, não é isso?

**A SRA. TÂNIA MARA DORNELLAS DOS SANTOS** - Também.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Também. É isso que faz com que as crianças iniciem-se no trabalho infantil no campo. E os que abandonam o campo? A gente tem números dos que saem do campo e vêm para a cidade? Quantos por cento também vão para o trabalho infantil na zona urbana? A gente tem esses números?

**A SRA. TÂNIA MARA DORNELLAS DOS SANTOS** - Olha, se você souber quem tenha... O que acontece? Isso é um dado que a gente tem que pegar, porque, se você vai olhar o assalariamento rural... Hoje, a gente já tem cláusulas inclusive nas negociações coletivas, né? No movimento sindical dos trabalhadores você já tem cláusulas que proíbem. Só que, a partir do momento que ele migra, a gente não tem mais governabilidade de monitorar esses dados, e isso é um caso extremamente sério. Eu estava até comentando aqui com a Clélia, antes. Muitas vezes, no próprio assalariamento rural, você vai encontrar crianças que saem da escola durante o período da safra. Por quê? Às vezes não é nem porque ela está no trabalho infantil, mas porque muitas vezes migra a família, porque você não tem só o trabalhador rural assalariado, você tem também a trabalhadora rural assalariada. Quando a família migra, as crianças vão ter que migrar também. Então, elas acabam faltando àquele período de aula. Mas esses dados a gente não tem e isso é algo que a gente precisa, junto com o MEC, com o próprio MDS, acho que o Ministério do Trabalho... Mas esse dado infelizmente a gente não tem.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - De abandono escolar também não?

**A SRA. TÂNIA MARA DORNELLAS DOS SANTOS** - De abandono escolar, o MEC tem mais... Com certeza, eles têm esses dados. Eu não tenho de cabeça,



mas o MEC tem os dados de abandono escolar, da defasagem idade/série. Isso é fácil de pegar.

**O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR** - Obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Quero agradecer as palavras do Dr. Rodrigo e também reforçar o que foi colocado tanto pela Deputada Luciana quanto por V.Exa., Deputado Dr. Paulo César. Lamentavelmente, esse é um trabalho que nós não conseguimos ainda, nem estamos próximos de conseguir, o dado real da exploração do trabalho infantil no Brasil. Temos algum... É como uma colcha de retalhos: alguns têm dados da sua área reduzida; outros não têm, a maioria não tem. Quanto à educação, talvez seja mais palpável, porque tem a condição de ver a presença, ter a chamada, mas a trabalho... Quanto a dados de trabalho na área rural do Brasil realmente nós vamos ter muita dificuldade.

Concedo a palavra agora à Sra. Clélia Brandão Alvarenga, que é Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos, representando o Sr. José Henrique Paim Fernandes, Ministro de Estado da Educação. Ao mesmo tempo, eu solicito ao Deputado Dr. Paulo César que presida aqui a nossa reunião, porque eu vou ter que me deslocar para dois compromissos, sendo um deles na Comissão de Orçamento.

Lamentavelmente, aqui tem dias em que a gente tem que se fazer presente em três, em quatro lugares diferentes. Como não somos onipresentes, recorremos às substituições.

Muito obrigada.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Passo a palavra à Sra. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, que veio nos agradecer novamente. Tenho certeza de que a sua exposição será da mesma magnitude que teve a da última vez. A senhora tem a palavra pelo prazo regimental de 10 minutos, prorrogável por mais 5 minutos.

**A SRA. CLÉLIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO** - Obrigada. Vou fazer o possível para dar o meu recado bem objetivamente, o que é difícil, porque a gente confunde um pouco a vivência da gente com aquilo que a gente vem fazer ao representar o Ministério da Educação. Eu estou na educação desde 1972. Então, a gente já tem uma estradinha um pouco longa.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



Dos 10 primeiros eslaides, eu vou fazer um apanhado bem geral. Vou centrar na política do Ministério da Educação e vou deixar aqui uns quarenta e tantos eslaides com os dados do PROCAMPO. Eu já vou deixar tudo aí, porque, depois podem precisar de mais algum complemento. Vou deixar também o telefone da coordenadora Divina, que está aqui conosco. Todos esses dados que eu vou aqui apresentar estão publicamente no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação). Qualquer pessoa pode pegar esses dados no sistema do Ministério da Educação.

Primeiro, quero dizer que esta Mesa representa inclusive o desafio que é trabalhar na linha da superação ou da erradicação do trabalho infantil, que tem nas políticas públicas uma intersectorialidade muito clara. Quero, então, parabenizar a Presidência, agora na pessoa do Deputado Dr. Paulo César, e cumprimentar também a Relatora, que é a Deputada Luciana. Se a gente não estabelecer políticas públicas intersectoriais... Quando o Deputado fez a pergunta à Tânia, eu fiquei pensando o seguinte: se o MDS, viu Valéria, se gente não podia já apresentar um dado que seria dos alunos do Bolsa Família que saíram do campo e foram para a cidade. Este dado nós podemos apresentar. Isso é para dizer que um ponto aqui pode representar uma série de ações, desde que a intersectorialidade seja a metodologia de trabalho.

Estou chamando a atenção para a metodologia porque nós estamos falando de políticas públicas, e não de programas, que começam num ano e terminam no outro. Então, eu acho que a gente poderia até pensar nisso. Fica aí já uma proposta. Pelo menos dos estudantes do Bolsa Família quando migram para a cidade, a gente pode dar esse dado. Nós acompanhamos — eu falei na reunião passada —, no nosso programa, a presença, fazemos o acompanhamento da frequência de 18 milhões de alunos, o que significa um terço dos alunos matriculados na educação básica. É muita gente, né?

Outro ponto que eu acho importante também, que aqui já foi ventilado, é o crescente fechamento das escolas do campo. Eu acho que teve uma mudança muito grande de concepção a partir de 2003/2004. Antes, a gente chamava a escola de educação no campo. A gente pegava o que era dado na escola urbana e levava para o campo, fazia uma transferência. Hoje se fala educação do campo. Ela precisa ter, para ela responder àquilo que é, a cultura, a agricultura, que é da cultura, que a



Tânia já falou. Ela precisa ser considerada para que você tenha uma metodologia, uma organização curricular que responda.

E o problema pra mim não são as classes multisseriadas. Tem certo preconceito com as classes multisseriadas, mas eu preciso pensar que, para ter o ensino médio no campo, uma escola do campo que tenha a etapa de ensino médio, eu não posso pensar uma escola que tenha um currículo com 12 disciplinas, que necessite de 12 professores para ir para lá. Não é uma escola nem mais barata nem mais cara, ela é uma escola diferente, que precisa atender às suas características. Isso eu acho que é fundamental. Então, a partir de 2004, nas políticas do Ministério da Educação isto tem sido a tônica da discussão. Que escola é essa? Ela atende a quem? Ela está situada em que lugar? E por isso já se criou também — e comparecem, eu falei na reunião anterior — a chamada pedagogia da alternância. Eles ficam um tempo na escola — 15 dias na escola — e ficam 15 dias no campo. Para isso, você tem que ter um sistema de contratação diferente. Aí nós temos um grande problema quando nós vamos contratar professor, porque a lei fala diferente. Então, para ela também ter o seu corpo, ter a sua qualidade, é preciso pensar uma legislação que seja coerente com essas características que ela tem.

Bom, então, os primeiros eslaides, aqui. Logicamente, a universalização da educação tem como exigência... Deve ser garantido todo mundo dentro da escola. Então, o trabalho infantil não pode acontecer. E, mais ainda, é um direito que pressupõe qualidade de vida e vivência com dignidade. Então, o acesso em geral às vezes é mais fácil, mas a permanência e a conclusão têm sido um grande desafio.

Então nós temos, por exemplo, aqui, a Taxa de Rendimento Global do Brasil. Abandono no Brasil, em 2012. Anos iniciais, aprovação; anos iniciais, abandono. Escola dos anos iniciais do ensino fundamental: a escola urbana teve abandono de 1,3%; a escola do campo, 2,8%. Ensino fundamental, anos finais: escola urbana, 4,6%, escola rural, 6,4%. No ensino médio, é dramático. No ensino médio, nós temos a média nacional de 10,4%, urbana, e rural, 11,1%. Então, o abandono na escola rural é sempre maior, permanecendo a mesma característica do abandono na cidade no ensino médio.

Hoje, o abandono no ensino médio também é altíssimo. O Ministério está fazendo inclusive um trabalho de políticas para a juventude, porque nós temos um índice altíssimo de pessoas de 19 a 24 anos que ainda não concluíram o ensino





fundamental. Esse é um dado que pesa muito na universalização da educação básica.

Então, a gente parte de alguns princípios que são as políticas públicas, que é o tema. O trabalho infantil, é preciso... A criança tem o direito, o adolescente, de viver o projeto de infância, e a agricultura, para ser pensada dentro das políticas públicas, não pode ser pensada apenas como técnica. Aí eu acho que eu peguei muito mais a visão da agricultura familiar. Mas ela também é arte, a partir do momento em que também há uma transmissão de saberes, de fazeres entre as gerações.

Talvez um grande problema que fica como se fosse uma cultura é que não há uma separação entre a gestão e o trabalho. A família contrata, a família descontrata, a família produz e, muitas vezes, há esta ideia de que é preciso trabalhar junto com a família, para que a família tenha um maior rendimento. A Tânia chamou a atenção para isso, dizendo que não é para sacrificar a família, do ponto de vista de que há uma maldade nisso, mas, muito pelo contrário, há um conflito, muitas vezes de interesse, considerando que a família produz, ao mesmo tempo em que faz a gestão. Você não separa o patrão do empregado. É a produção e a gestão no mesmo processo.

Aqui está o decreto que fala das piores formas do trabalho infantil e, aqui, um panorama das situações, causas e ações. O Brasil já melhorou muito. Houve muito progresso, do ponto de vista da diminuição do trabalho infantil. De 1999 a 2012, o Brasil reduziu em 58% a incidência nacional do trabalho infantil. Mas quem são esses? Quem está dentro dessa estatística? Sessenta por cento das crianças trabalhadoras têm de 5 a 13 anos — é um número altíssimo; 59% vivem em áreas urbanas e 58% são adolescentes negros, pretos e pardos. Essas pessoas têm cor, elas têm uma desigualdade social muito grande, e isso faz com que haja sempre uma propensão maior a esse trabalho.

Neste gráfico, de 5 a 13 anos, que estão na agricultura remunerada: 4,9%. Na agricultura não remunerada, não agrícola remunerada e não agrícola não remunerada.

Com certeza, a Valéria vai falar sobre a 3ª Conferência Global Sobre Trabalho Infantil, que aconteceu em Brasília no ano passado e foi coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social. No documento que saiu, que se chama Declaração de



Brasília, os arts. 4º, 5º, 6º e 8º enfatizam a importância da educação. Esse foi um debate nacional importante que aconteceu. E depois teve essa Conferência, que contou com a participação de mais de 150 países.

Ali está o decréscimo do número de pessoas trabalhando, e aqui eu entro efetivamente naquilo que diz respeito ao Ministério da Educação.

Um dos problemas que provocam o trabalho infantil é a dificuldade de acesso a uma escola pública de boa qualidade. Logicamente nós estamos falando aqui, hoje, em especial da área rural, em que predominam as populações ribeirinhas, as populações indígenas e as populações quilombolas.

Tendo em vista esse debate, agora, no final do mês de março, foi aprovada a lei que altera a LDB, que apresenta a restrição para não se fecharem escolas, ou só se poderá fechar escolas do campo indígena ou quilombola se você tiver, junto ao órgão normativo, uma manifestação que tenha a participação dos movimentos sociais.

Então, com base nos elementos do diagnóstico da concepção, nós temos dois grandes problemas que vamos enfrentar os que trabalham na erradicação do trabalho infantil. Eu falei sobre um deles na semana passada, mas algumas pessoas não estavam aqui: o acompanhamento da frequência escolar.

O Ministério da Educação, juntamente com o MDS, realiza esse trabalho, que acompanha um número, que eu já citei, de 18 milhões. E como são escolhidas as escolas do campo para alguns projetos que vão... Por exemplo, o Mais Educação é um projeto de educação em tempo integral.

As escolas priorizadas para o Mais Educação são as escolas em que a família da maioria dos alunos recebe o Bolsa Família. Quer dizer, é uma mudança total em relação àquela ideia de que, no campo, era uma grande fartura, ninguém precisava de um apoio econômico. O maior número, hoje, das bolsas estão diretamente ligadas aos beneficiários da área rural. Nós temos 73 mil escolas, quase 74 mil escolas da área rural e, em quase todas elas, há um percentual muito grande de famílias que recebem o Bolsa Família.

Então, esse aqui é um programa que é um instrumento que assegura a frequência do aluno e, conseqüentemente, ao ser previsto o acesso, você garante também a permanência desses estudantes na escola.



Aqui há um dado do acompanhamento da frequência: a taxa de abandono escolar dos alunos beneficiários vai ser sempre menor do que a dos alunos que não são beneficiários do Bolsa. O que isso significa? À medida que a gente vai universalizando esse acompanhamento — não estou dizendo nem que a gente precisa ter isso só ligado aos beneficiários do Bolsa —, à medida que o Ministério passa a ter um programa de frequência universal, nós teremos dados de todos os alunos: da transferência dele, do local em que ele está, de onde ele está naquele dia. A gente poderia fazer, além daqueles 18 milhões, o acompanhamento de todos esses jovens, e a gente teria o relatório mais rápido da sua mobilidade.

A ocorrência do trabalho infantil na matriz da condicionalidade da educação do Bolsa Família tem diminuído. É uma justificativa. Por que a criança não foi para a escola? Ela não foi para a escola porque ela estava trabalhando. Esse não é mais o maior motivo. A gente tem diminuído... Nós tivemos o total de 1.415 no ano de 2010 e, no ano de 2012, nós tivemos 1.570, que não foram motivos, e nós tivemos uma diminuição em 2013, para 1.352, com duas justificativas de ausência pelo trabalho infantil.

Além do acompanhamento da frequência, nós temos o PRONACAMPO, o Programa Nacional de Educação do Campo. Eu já falei muito bem o que significa “do campo” e “no campo”, não é para levar o que tem na cidade para o campo. Nós temos, então, a Política Nacional de 2004, e, a partir de 2012, a criação do Programa Nacional de Educação do Campo, o PRONACAMPO.

O PRONACAMPO tem uma série de ações que têm como objetivo, através dos dados que a gente tem também de outras áreas, estabelecer os princípios e ações que levem à permanência e à conclusão desses educandos e educandas que estão na escola.

O princípio da educação do campo é a valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos, por meio de uma infraestrutura, de formação de professores, de formação profissional, que são considerados, então, no PRONACAMPO, os eixos para organização dessa política no campo.

Então, nós temos o Eixo I, que é Gestão e Práticas Pedagógicas; o Eixo II, Formação de Professores; o Eixo III, Educação de Jovens e Adultos; e o Eixo IV, Estrutura Física e Tecnológica. Todos esses eixos têm metas a serem cumpridas.



Não dá tempo de a gente ver as metas, mas eu estou deixando os eslaides que têm todas as metas a serem cumpridas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Mais 1 minuto, Dra. Clélia.

**A SRA. CLÉLIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO** - Mais 1 minuto.  
Vamos lá.

Bom, Gestão em Práticas Pedagógicas. Nós temos a Escola da Terra; o Mais Educação, a que já fiz referência; o Programa Nacional do Livro Didático, que é livro para a utilização dos estudantes; e ainda o Programa Nacional da Biblioteca da Escola.

No Eixo de Formação, nós temos a Formação inicial dos professores do campo. Nós temos hoje a metade dos professores da escola do campo que ainda não têm licenciatura. Então, hoje o Ministério da Educação tem um trabalho com 44 universidades, com curso de formação em licenciatura. Além disso, nós temos um total de 311 mil professores, e, deste total, 159 mil não têm licenciatura. Então, é um desafio muito grande a formação desses professores. E há que se pensar também inclusive no plano de carreira. Porque se a gente pensar no plano de carreira urbano como o mesmo plano de carreira para a escola do campo, nós vamos ter dificuldades, inclusive até de contratação e de seleção de pessoal.

E no Eixo III, que é a Educação de Jovens e Adultos, nós temos o PRONATEC Campo, que é articulado com o Ministério do Trabalho, o Ministério da Agricultura e também com o MDS, e o EJA — Saberes da Terra. Futuramente, nós teremos só o EJA para jovens e adultos porque nós temos um índice altíssimo de pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental na idade de 18 a 29 anos.

A Infraestrutura. O MDS fez um trabalho que orientou muito, inclusive uma pesquisa que orientou muito a política da, vamos dizer assim, designação de verbas para a área de infraestrutura física. Foi uma pesquisa para ver o que tinha nas escolas do campo. São as piores escolas em termos de infraestrutura. Então, no ano passado, foi feito um trabalho junto ao FNDE para priorizar essas escolas que tinham, a maioria delas, o Bolsa Família e uma grande dificuldade de infraestrutura.

Então, esse trabalho de infraestrutura tem: construção de escolas; inclusão digital; Luz para Todos na escola, que é com o Ministério de Minas e Energia — mais de 10 mil escolas não têm energia ainda; Programa Dinheiro Direto na Escola: PDDE Campo e PDDE Água. O PDDE Campo é para a manutenção da escola,



algum trabalho que seja de infraestrutura, mas é uma coisa que não requer muito recurso; e o PDDE Água é ainda para levar água para a escola. Então, a gente tem ainda uma série de desafios. E o transporte escolar: que seja um transporte que não faça a criança levantar às 2 horas da manhã para chegar às 7 horas na escola.

Obrigada e me coloco aqui à disposição para as perguntas. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Nós é que agradecemos e parabenizamos a Sra. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro pela sua exposição. E até para confirmar o que eu disse no início, até a tosse foi a mesma. Está aí no seu calcanhar. Essa tosse está a incomodando, não é, Dra. Clélia?

Eu ia até perguntar para a Sra. Clélia o porquê, qual era a opinião dela, o porquê do abandono, da evasão escolar no campo, mas com esse último eslaide eu não preciso nem fazer mais essa pergunta, porque tem ali mais de oito itens, que levam as crianças a abandonarem a escola.

E, dando continuidade à nossa audiência, concedo a palavra a Sra. Valéria Maria de Massarani Gonelli pelo prazo de 10 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos, até 15 minutos.

A Sra. Valéria é Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta, representando a Sra. Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**A SRA. VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI** - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Presidente da Mesa, Deputada Luciana, que bom que vocês estão aqui!

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Gostaria inicialmente de parabenizar o esforço de todos os presentes e desta Comissão de manter, inclusive, viva esta discussão. Acho que isso é importante.

Primeiramente, gostaria de demarcar que nós estamos falando de uma violação de direitos em relação à criança e ao adolescente extremamente histórica e mal resolvida no âmbito da sociedade. Essa é que é a grande discussão.

Eu estou aqui... a gente discute trabalho infantil, principalmente nós, na área da Assistência Social e hoje no Ministério do Desenvolvimento Social, carregamos, vamos dizer assim, o legado do programa inicial que o Brasil implementou nos anos 90 ainda, que foi o PETI. Acho que esse é o grande carro-chefe de toda a história, vamos dizer assim, de todo o resgate que o Brasil fez nos últimos anos.



Embora a gente ainda esteja aqui falando de ações, é importante também a gente analisar o quanto o Brasil já avançou na questão do trabalho infantil. O Brasil é reconhecido mundialmente. Não é à toa que, no ano passado, nós sediamos a III Conferência Global com bastante êxito, com muito elogio mundial, inclusive no sentido de que corajosamente o Brasil enfrenta essa questão.

Se olharmos, por exemplo, para 96, quando nós iniciamos todo esse movimento, o movimento da infância em relação à questão do trabalho infantil, o Brasil tinha, na ocasião, na época, acho que um número de quase 10 milhões de crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho infantil. É importante também a gente olhar para trás e ver o que a gente caminhou, o quanto a gente já avançou. E, infelizmente, ainda resiste um contingente bastante expressivo do trabalho infantil no Brasil.

Eu gostaria de avançar um pouquinho para frente para a gente até olhar alguns dados que eu trouxe em relação ao Censo de 2010, para que a gente possa estar refletindo um pouco na comparação do Censo de 2000 para o de 2010, onde a gente teve uma redução bastante significativa na Região Nordeste do Brasil, que era antigamente a grande campeã de trabalho infantil e, infelizmente, um aumento pequeno, mas um aumento na Região Norte e na Região Centro-Oeste no sentido dessa variação. Mas, nós tivemos redução, nos 10 anos, redução significativa desse trabalho infantil. Hoje, a gente convive com essa situação e com os compromissos de estar construindo esse declínio, vamos dizer, mais acelerado, embora com essa dificuldade.

O próximo gráfico tem um pouco dos setores de atividades de 1 milhão e 600 mil ocupados de 10 a 15 anos. Nós fazemos o recorte de 10 a 15 anos porque, com 16 anos, o trabalho é permitido constitucionalmente e, a partir dos 14 anos, também como aprendiz.

Aqui a gente tem inclusive o montante de 18% do que é reconhecido como lavoura e pecuária com especialização. O que a gente sempre aponta é que talvez seja bastante possível a fiscalização e um chamamento para a CNA no sentido de fazer essa discussão com esses setores, que são os setores especializados, que de fato na agricultura operam. Nós não estamos falando aqui, com certeza, da agricultura familiar, 18%, nós não estamos falando da agricultura familiar; nós estamos falando da agricultura familiar talvez uns 23%, que são a lavoura e pecuária



não especializada, os 41% das crianças e dos adolescentes nesta faixa etária, de 10 a 15 anos, na agricultura.

Eu não trouxe aqui também a questão da faixa de renda, mas é importante a gente olhar os dados de 2010. E, acompanhando os dados da própria PNAD, das PNADs, que saem anualmente, temos feito esse acompanhamento. A Dra. Paula Montagner está aí também; depois ela pode até falar alguma coisa em relação a dados. Ela estudou profundamente os dados do trabalho infantil para a nossa conferência e vem assessorando, assessora o Ministério nesse sentido, os dados em relação à questão também da resistência do trabalho infantil, ultrapassando outras faixas de renda. Então, o que a gente tem presenciado também é que cerca de 40% do trabalho infantil hoje também está em faixas de renda superiores a três salários mínimos. Hoje a gente encontra, por exemplo, o trabalho infantil em famílias que têm rendimento de mais de seis salários mínimos.

Então, é importante também olhar o deslocamento, ou seja, o trabalho infantil não só mais vinculado à questão da pobreza ou da extrema pobreza, mas o trabalho infantil vinculado à questão mais de economia, da forma de estruturação da economia brasileira.

Acho que se têm muitos negócios familiares. Então, acho que isso também incentiva, tem atraído o trabalho precoce. É por isso que eu acho que é importante, cada vez mais, a gente refletir do ponto de vista cultural, do ponto de vista... Eu costumo dizer que a questão do trabalho infantil é uma polêmica ainda não definida na sociedade, ou seja, é um tema que viola o direito das crianças e dos adolescentes, mas que nós ainda não ganhamos na sociedade. Vira e mexe a gente se põe dentro da família, dentro dos nossos ambientes, fazendo altos debates do que é e do que não é trabalho infantil. Então, acho que nós temos que ter muito mais talvez essa reflexão social, trabalhar nesse contexto muito maior da sociedade também — não só, mas também. E acho que esse debate não está posto muito fortemente nas mídias, ou seja, na agenda da sociedade de forma geral.

Eu queria aqui, então, refletir um pouquinho sobre esses dados. Acho que o que nós temos feito em relação à questão do trabalho infantil, e agora trabalhando um pouco o programa que nós carregamos desde 1996, no início de todo esse enfrentamento que o Brasil vem fazendo, o PETI — que é pretensioso, e acho que tem que ser assim mesmo —, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que



se iniciou em 1996 como um programa que conjugava transferência de renda para as famílias. Com o trabalho, ou seja, com o acompanhamento na escola e uma jornada escolar ampliada, garantimos o afastamento da criança do trabalho e uma complementação de renda para as famílias.

Esse programa teve um ápice no início dos anos 2000, mais fortemente em 2001. Ele foi ampliado nacionalmente e, a partir de 2005 — com a criação, em 2003, do Programa Bolsa Família, que teve uma ampliação nacional —, no que diz respeito à transferência de renda, foi vinculado ao Programa Bolsa Família e, no que diz respeito às suas ações de serviços, de oferta de serviços às crianças e aos adolescentes, ele foi sendo estruturado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, que também foi criado em 2005.

A partir de 2005, nós criamos o Sistema Único de Assistência Social, com um alargamento de serviços e uma cobertura nacional para isso. Com o passar dos anos, nós fomos aprimorando esse trabalho. Hoje, por exemplo, nós já temos CRAS em basicamente todos os Municípios do Brasil. Nós só não temos CRAS nos Municípios, em 35 Municípios do Brasil que a gente ainda não tem CRAS instalado. Mas nós temos mais de 8 mil CRAS instalados no Brasil.

E, a partir do ano passado, mais recentemente, a partir de 2011, nós também instituímos, até para fazer frente a esses territórios urbanos, territórios municipais rurais, nós instituímos o que nós chamamos de equipes volantes, que são equipes que se deslocam para as áreas rurais. Nós temos ainda 1.195 equipes em funcionamento no Brasil, mas elas já têm demonstrado um resultado bastante grande, ou seja, elas têm-se aproximado, as equipes volantes têm se aproximado fortemente dessas áreas mais distantes dos centros municipais. Inclusive na Região Norte, nós oferecemos lanche a essas equipes para que elas possam, de fato, fazer o atendimento às famílias que se encontram em locais de difícil acesso.

Então, com esse... E nas áreas urbanas nós também avançamos bastante na implementação do que nós chamamos do Serviço de Abordagem, que são equipes que trabalham nos logradouros públicos, nas ruas, ou seja, construindo o que a gente tem chamado de busca ativa, concreta e vigilância na questão dos espaços urbanos, para que a gente também possa construir um processo de proteção mais amplo e também de identificação e de interlocução de violações, não só em relação à exposição da rua, mas também à questão do trabalho infantil.





Então, nós temos direcionado o olhar para o trabalho infantil nas diferentes lógicas, ou seja, nos grandes centros, onde a gente tem presença ainda, tanto de vendedores como dos meninos, das crianças que voltaram aos sinais. Nas cidades a gente tem percebido isso, os faróis novamente, nós temos convivido com isso. Então, nós temos todo um trabalho nessa direção.

Nós fizemos, a partir do ano passado, um novo desenho, inclusive para os serviços que a gente chama de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que são os serviços de retenção, a exemplo das crianças e dos adolescentes afastados do trabalho infantil. As tais antigas jornada ampliada, depois mudou o nome para ações educativas do PETI, ou seja, hoje a gente tem trabalhado com alargamento maior desse potencial.

Nós estamos trabalhando com mais de 5.036 Municípios com esse serviço. A grande maioria dos Municípios são Municípios pequenos que são envolvidos. Aqui eu tenho um pouco o contingente de Municípios. Somando ali Município porte 1, que são Municípios de até 20 mil habitantes, e porte 2, que tem até 50 mil habitantes, nós temos oferta de mais de 1 milhão de vagas para o serviço de atenção às crianças que sejam afastadas do trabalho infantil nesses Municípios menores.

Então, a gente também entende que essa oferta para que os Municípios possam garantir com que as crianças e adolescentes tenham atividades em horários complementares — muitas vezes, as crianças estão fora da escola e frequentam os serviços —, que eles possam ser potencializados para o retorno para a escola. Então, eu acho que esse serviço foi bastante potencializado a partir do ano passado nesse reordenamento de oferta para todo o Brasil.

E o que a gente tem estimulado agora é que os Municípios, principalmente esses Municípios pequenos, eles também ofertem essas vagas nas áreas rurais, nas áreas mais distantes. E principalmente são essas cidades que são grandes, que são grandes territórios, que a gente chama... As equipes volantes, elas estão concentradas nas cidades que têm baixa densidade demográfica e alta densidade geográfica, portanto, os Municípios rurais. Então, a gente acredita que, com essa potencialização, a gente também possa fazer um cerco maior na possibilidade da questão do trabalho infantil no campo, nessa abordagem fundamental colocada aqui, que é não satanizar as famílias — usando uma palavra feia. Eu acho que nós precisamos acolher a família, acolher essa possibilidade de transmissão cultural,



mas sem agredir e sem que a criança perca o seu direito sagrado de brincar, seu direito sagrado de viver a sua infância, que é uma fase única.

A partir de 2003, então, nós construímos o chamado redesenho do PETI, a partir dos dados do IBGE, no sentido de dar mais efetividade, eficiência e mais escala à possibilidade de atendimento às crianças afastadas do trabalho infantil fundamentalmente, mas também construindo uma possibilidade, para que a gente pudesse construir uma nova articulação para o que a gente está chamando de PETI, o que a gente está chamando de ações estratégicas, ou seja, para enfrentar esse novo movimento mesmo do trabalho infantil, que ultrapassa a questão de renda, que tem ultrapassado todas essas lógicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Dra. Valéria, mais 1 minuto para a conclusão.

**A SRA. VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI** - Obrigada.

Nós estamos trabalhando agora com um novo programa onde a gente está reforçando a questão da informação e da mobilização, da identificação do trabalho infantil, da busca dessa lógica da proteção, da defesa, da responsabilidade e do monitoramento. Então, numa articulação grande, fundamentalmente vinculada ao Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que é o plano aprovado pela CONAETI e também pautado na Carta de Constituição de Estratégia em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Então, a gente tem trabalhado nessa direção de construir essas cinco premissas nesse novo processo de mobilização, onde a gente, fundamentalmente, quer construir uma nova sensibilização, uma nova mobilização social, com campanhas, com audiências públicas, para que a gente, de fato, construa a notificação integrada, o registro da identificação do trabalho infantil no CADÚNICO e faça as devidas inserções das crianças e adolescentes encontrados no trabalho infantil, nessa perspectiva.

Nesse novo programa, nesse novo redesenho do programa, nós vamos atender 1.032 Municípios, com uma incidência de 63,98%. Nesses 1.032 Municípios, tem uma incidência de 63,98% do trabalho infantil localizado, identificado pela lógica da PNAD e pelo Censo de 2011. Então, vamos dizer assim, é nesse horizonte que nós estamos trabalhando neste momento. Nós estamos envolvendo os 26 Estados nessa nova perspectiva do programa. Então, são 1.032 Municípios, mais os 26



Estados e o Distrito Federal, com um investimento anual de 79 milhões e 730 mil, basicamente 80 milhões que a gente quer investir nessa nova possibilidade de enfrentamento do trabalho infantil com essas novas estratégias daqueles cinco pontos que eu coloquei inicialmente.

Bom, os eslaides também ficarão aqui, e a gente fica à disposição para qualquer questão.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Parabenizamos e agradecemos à Sra. Valéria Maria pela sua exposição.

Concedemos a palavra ao nosso próximo convidado, Carlos Juruna de Sousa Castello Branco, Chefe de Divisão do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo prazo regimental de 10 minutos, prorrogável por mais 5 minutos.

**O SR. CARLOS JURUNNA DE SOUZA CASTELLO BRANCO** - O.k. Boa tarde a todas e a todos! Boa tarde à Mesa! Deputada Luciana, Deputado Paulo César, Presidente, demais convidados aqui já representando a Mesa, ainda bem que eu sou quase o último a falar, porque eu acho que eu não vou precisar dar dado nenhum. Eu acho que estão todos postos aí. Todo mundo já viu esses dados, mas há um dado interessante da FAO, um dado mundial, que nos diz que, no mundo inteiro, das pessoas, das crianças em trabalho infantil, 60% estão na agricultura. É um dado da FAO recente, dado na Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil na Agricultura, em Washington, no ano passado.

O Ministério da Agricultura hoje não tem nenhuma ação específica para o trabalho infantil. Vou falar mais das políticas realmente do Ministério com relação a questões, algumas ações que podem minimizar esse trabalho infantil. Escolheram-me não por acaso, não é, Presidente, Deputada Luciana e demais? O Departamento... Eu represento hoje, além do Ministro, o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural. Eu entendo também, pessoal, que o cooperativismo e o associativismo talvez sejam uma forma de minimizar o trabalho infantil, a partir do momento em que ele organiza essas propriedades rurais, que essas propriedades se organizem para terem um negócio no campo.

Eu vejo muito a nossa colega Valéria, a Prof. Clélia, a colega da CONTAG, Tânia, que comentaram bastante sobre a agricultura familiar. Agora, há na



agricultura e no agronegócio... É engraçado isso. Temos que rever, talvez, esses dados também da agricultura familiar, que grandes empresas cooperativas, tais como a COAMO, no Paraná, são compostas, em 90%, da agricultura familiar. Então, é uma grande cooperativa, é uma empresa cooperativa. Para todos os que não conhecem o cooperativismo, o cooperativismo é uma empresa na qual se trabalham princípios como a solidariedade, a compreensão, entre outros.

Eu acho que vale a pena ser repensada essa questão de agricultura familiar, porque nós temos grandes negócios na agricultura familiar, e muito grandes! É o caso da COAMO, maior cooperativa da América Latina, que produz aí... Um PIB, talvez tenha uma participação muito alta no PIB, na produção interna bruta do Brasil. Enfim, o cooperativismo também representa uma boa parcela.

O que nós temos hoje no Ministério da Agricultura que talvez minimize essa questão do trabalho infantil? É muito pouco? Parece, mas talvez seja uma ação interessante, que é exatamente estimular o cooperativismo e o associativismo entre dois públicos específicos. Nós temos dois programas específicos que trabalham com a questão de gênero e da família e com a questão da juventude hoje, que é o PROCOOP Jovem, que procura estimular o cooperativismo entre os jovens nas regiões da agricultura, ou seja, no campo; estimular o cooperativismo e o associativismo, levando a informação, a capacitação a esse público.

Nós tivemos, no ano de 2012, uma chamada pública para capacitar especificamente jovens e mulheres e técnicos agrícolas em duas regiões do País. No Nordeste, por uma questão técnica, o Estado contemplado foi o de Pernambuco. E, na Região Sul, os três Estados, onde a gente capacitou mais de 1.200 jovens no modelo de alternância, que eu acho ser também uma das formas de a gente combater o trabalho infantil, utilizar a metodologia da alternância no campo, porque talvez seja a que melhor representa a educação no campo — não sei... O tempo-escola, o tempo-campo se faz necessário, até pela permanência dos jovens e do trabalhador rural, porque, se nós não tivermos trabalhadores rurais nos próximos 50 anos, ninguém vai se alimentar, ninguém vai comer.

Então, eu acho que a gente deve estimular a permanência desses jovens, das crianças, mas estimular a partir da criança. Iniciar com a educação pela metodologia da alternância talvez seja uma alternativa interessante, incluindo o cooperativismo e o associativismo talvez nessa educação, porque pensamos o seguinte: como é que



se organiza um negócio no campo? É o empreendedorismo no campo? Mas o que vem a ser o empreendedorismo no campo? No campo se faz algo sozinho?

Eu tenho uma produção de 1 hectare e meu vizinho tem mais 2 metros de alface, enfim. Eu tenho uma produção. E, junto com os outros, consigo uma maior produção. Com isso, eu aumento a renda da família e deixo o meu filho na escola. Mas que ele entenda qual é a dinâmica do campo.

Talvez a organização social e econômica desses que moram no campo possa minimizar a questão do trabalho infantil na agricultura como um todo, na pecuária, na lavoura. E nós temos ações para isso pouco trabalhadas, talvez pelo desconhecimento da população em geral, até por uma conta de que o Ministério da Agricultura talvez seja o Ministério do agronegócio.

Também trabalhamos o agronegócio, mas eu acho que não existe agronegócio sem a agricultura familiar, porque eu acho que o grande ou o pequeno agricultor, juntos, conseguem ser grandes. Então, pensamos assim. Temos vários programas de profissionalização da gestão, inclusive com questão de gestão da propriedade familiar, incluídas aí as questões do cooperativismo e do associativismo e de outras coisas relevantes também na agricultura.

Talvez o papel do Ministério da Agricultura seja mais o de auxiliar, Presidente e Deputada Luciana, na constituição dessas políticas: a questão do agrotóxico, do uso do agrotóxico por essa juventude, que é uma coisa nociva à saúde da criança, do adolescente e da juventude em geral. Talvez o nosso papel, do Ministério da Agricultura, seja mais nesse sentido de auxiliar nessas questões, haja vista as atribuições do próprio Ministério e demais entes.

Enfim, achamos que nós podemos contribuir com essas questões e estamos à disposição para tratar dessa questão mais específica. Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Nós é que agradecemos e o parabenizamos, Carlos Jurunna, por sua apresentação.

Concedemos a palavra à Sra. Karina Andrade Ladeira, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho e Emprego. Como dizem que os últimos serão os primeiros, nós vamos dar 40 minutos para a Sra. Karina, para poder animar um pouco o pessoal. *(Riso.)*

**A SRA. KARINA ANDRADE LADEIRA** - É isso aí. Vamos fazer um bate-papo, então, que eu fico até mais descontraída e falo mais à vontade.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Está com a palavra.

**A SRA. KARINA ANDRADE LADEIRA** - Agradeço a oportunidade de estar aqui e vou falar um pouco do nosso trabalho, da inspeção do trabalho. Aqui eu represento o Secretário de Inspeção do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida, que, graças a compromisso, não pôde participar. Mas eu sou Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil e auditora fiscal do trabalho.

Então, como auditora, eu vou começar falando um pouco da legislação, que a gente fiscaliza a legislação. *(Pausa.)*

Falando um pouco de lei. Parece até um pouco óbvio às vezes, mas eu acho que vocês vão entender o porquê de trazer primeiro a Constituição Federal, a nossa Lei Magna.

A Constituição, no art. 7º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

E aqui há uma dúvida e uma afirmação que muitas vezes a gente escuta, especialmente no campo. Eu estava conversado ali com o colega da Pastoral, que teve exatamente essa dúvida. Eu acho que ela não é tão uma novidade absurda assim. Muitas vezes a gente escuta que é permitido o trabalho a partir dos 14 anos. Primeiro, que essa afirmativa não está correta. Na verdade, de acordo com a legislação, o trabalho é permitido a partir dos 16 anos. O que é possível é, a partir dos 14 anos, que haja a contratação do adolescente na condição de aprendiz.

E aí a pergunta: o que é aprendiz? Se eu tenho um adolescente que trabalha comigo e eu ensino alguma coisa para ele, ele é aprendiz? Não! Para que ele seja aprendiz, é necessário que haja um contrato especial de trabalho. E esse contrato tem a duração de no máximo 2 anos, e é um contrato com três partes. Ele necessariamente tem a figura do empregador, que emprega aquele adolescente, do adolescente, e da instituição profissionalizante. E a gente, auditor fiscal do trabalho, quando fiscaliza a regularidade desse contrato, a gente verifica inclusive a assiduidade daquele adolescente à escola regular. Então, vejam, o contrato de aprendizagem dá a oportunidade para o adolescente permanecer na escola regular e adquirir o aprendizado para uma profissão. Como? Ele vai adquirir o conhecimento teórico pela instituição, seja do Sistema S no campo, o SENAR, seja de uma entidade sem fins lucrativos. Daí ele vai poder exercer aquilo que ele aprendeu na



empresa. Aí sim, e somente nessa condição, é permitido o trabalho a partir dos 14 anos.

E o trabalho a partir dos 16 é permitido? Também não! Existem situações e atividades que não são permitidas, que são aquelas previstas no Decreto nº 6.481, que prevê a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, que é conhecida como Lista TIP, da qual vou falar um pouco mais.

Já que a gente está falando de trabalho infantil, eu trouxe também, até para ajudar a dar notoriedade ao nosso plano, o conceito que está no nosso Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Então, trabalho infantil se refere às atividades econômicas ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvado o que a gente falou agora, a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua situação ocupacional.

Então, vamos falar agora um pouco da fiscalização.

A gente sabe — e até esta Mesa é tão grande —, ela só mostra que não há um órgão sozinho que seja capaz de erradicar o trabalho infantil. Para que a gente possa ter uma resposta de fato efetiva e eficaz são importantes, como todo mundo falou e a Tânia destacou muito bem, políticas públicas integradas. E eu vou mais: não só políticas, mas também ações de trabalhadores, empregadores e sociedade civil.

É importante que a gente reconheça, como já diz também a Constituição no art. 227, que prevê a proteção integral à criança e ao adolescente, que é dever do Estado, da sociedade, de todos nós a proteção à criança e ao adolescente. E a gente, na fiscalização, vê isso muito claro. Quer dizer, quando a gente reconhece uma situação, observa uma situação de trabalho infantil de uma criança ou de um adolescente e a gente verifica a figura do empregador — e é só assim que a gente pode atuar —, e a gente determina o afastamento daquela criança e do adolescente, se a gente virar as costas, muito provavelmente aquela criança vai voltar a trabalhar. Então, por isso é importante que a nossa fiscalização seja feita, de fato, de mãos dadas com o MDS, com o MEC, para que a gente possa dar uma resposta para aquele adolescente, e ele não retorne ao trabalho.



Eu voltei há pouco de Manaus. Eu, quando assumi o concurso, trabalhei em Manaus. E a gente brincava que a nossa fiscalização era literalmente de mãos dadas com o MDS. Porque, quando a gente encontrava uma criança, um adolescente em situação de trabalho irregular, a gente já falava: *“Olha, vamos verificar se a família tem o Bolsa Família, vamos preencher a ficha”*.

Então, a gente quer de fato dar essa resposta para evitar que as nossas ações... Uma vez que a gente dê as costas, aquele adolescente volte a trabalhar. É por isso que a fiscalização e o projeto de combate ao trabalho infantil do Ministério têm duas ações principais, sendo que uma primordial são esses trabalhos de articulação e de composição com a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente.

Então, nós participamos de diversos fóruns, instâncias. Nós, junto com o MDS e o MRE, realizamos e recebemos a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil no ano passado. Recebemos mais de 150 países para, de fato, mostrar a importância dessa ação integrada. E nós também realizamos, como eu falei, as ações de fiscalização. E aqui é bom fazer este destaque mais uma vez: o nosso trabalho de fiscalização, quando a gente pode de fato verificar uma situação de trabalho e determinar o afastamento imediato daquela criança ou do adolescente, só é possível quando a gente reconhece a figura do empregador. E essa é uma dificuldade muitas vezes existente na agricultura, que existe um grande número de crianças e adolescentes trabalhando em situação de economia familiar.

Quer dizer, não cabe ao auditor fiscal do trabalho, quando reconhece aquela situação, determinar o afastamento de uma criança e de um adolescente dos seus pais; menos ainda determinar o pagamento de verbas rescisórias para aquele adolescente para o seu pai. Então, o nosso trabalho, quando a gente reconhece a figura do empregador... Aí sim, a gente, naquele momento em que a gente verifica uma situação de trabalho irregular, seja de uma criança, seja de um adolescente, tem o poder de determinar o imediato afastamento daquela criança ou do adolescente, o pagamento de verbas rescisórias... Porque, mesmo que aquele trabalho seja proibido, a gente não pode permitir que o empregador se beneficie daquela situação. Então, a gente determina o pagamento das verbas rescisórias e a gente dá os encaminhamentos devidos. A gente faz relatórios, por exemplo, que a gente encaminha para o MDS — estou aqui apontando para o Paulo —, para o MEC, para o Ministério Público do Trabalho, para as medidas cabíveis nesse caso.





Mas, então, como eu falava, o nosso trabalho... E é bom falar também que nós temos, em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, que são os órgãos regionais do Ministério nas 27 capitais, todos eles têm um projeto de combate ao trabalho infantil. É um projeto obrigatório do Ministério do Trabalho. Então, há sempre a figura de um coordenador, que é um auditor fiscal do trabalho, e há pelo menos três auditores fiscais, que é uma determinação por projeto, que, a partir de um planejamento — e esse planejamento é feito com base nos dados existentes, como base em denúncias, com base no Disque 100, que é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, com base em denúncias de trabalhadores e com base na própria vivência do auditor. E, a partir desse planejamento, nós coordenamos e realizamos as nossas ações fiscais.

A gente sempre dá prioridade para um pouco do que a gente já falou, à Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, até pelo compromisso que o Brasil já assumiu de erradicar o trabalho infantil, até 2015, das piores formas, e até 2020, o trabalho infantil em geral.

Em relação à articulação, falando um pouco de articulação. A gente, Ministério do Trabalho, coordena a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil — CONAETI. É uma Comissão quadripartite. Ela tem trabalhadores, empregadores, Governo, sistema de Justiça, sociedade civil e organismos internacionais, inclusive a Organização Internacional do Trabalho — até há pouco tempo tinha colegas da OIT por aqui.

E a ideia da CONAETI, exatamente reconhecendo a importância dessa intersectorialidade e do apoio de todos os órgãos para que a gente tenha uma resposta efetiva para a erradicação sustentável do trabalho infantil, é promover esse diálogo.

E eu destaco aqui dois grandes produtos da CONAETI, que foram exatamente a discussão e a construção da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, que foi oficializada e publicada por meio do Decreto nº 6.481, do dia 12 de junho. E não é por acaso isso: 12 de junho é exatamente o Dia Mundial e o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e da elaboração do nosso Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Aqui estão contidas diversas ações conjuntas, exatamente com essa ideia de integração das ações.



E a gente participa também do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, participamos como órgão colegiado e dos fóruns estaduais, exatamente para que os fóruns estaduais nos ajudem inclusive nas ações fiscais na ponta, e do CONANDA, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu aí eu trouxe aqui uma parte da nossa Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil. O que é importante destacar aqui? Essa Lista — e o mais importante de tudo — foi construída e discutida de forma quadripartite. Ela não é uma imposição do Estado, muito pelo contrário! Ela teve na sua discussão e na sua construção a participação intensa de representantes dos Governos, organizações de trabalhadores, organização de empregadores, sociedade civil e o apoio da organização Internacional do Trabalho.

E, quando a gente discutiu, a gente, num primeiro momento, tinha pensado em colocar os CNAEs, que é a Classificação Nacional da Atividade Econômica, mas a gente não colocou. A gente colocou as atividades e a descrição da atividade, os riscos ocupacionais e a repercussão à saúde. Quer dizer, houve uma pesquisa intensa para colocar ou não aquela atividade na Lista TIP.

E por que não colocar o CNAE, por exemplo? Porque a gente sabe, por exemplo, que no cultivo do algodão, se a gente colocasse o CNAE, a gente sabe que existem agronegócios em que é possível que... Não é possível o trabalho do adolescente na ponta, mas ele pode trabalhar com atividades administrativas dentro do escritório. Então, se a gente colocasse isso, fecharia e até ficaria sem explicação por que de não poder trabalhar, por exemplo, aqui em Brasília, para o cultivo do algodão ali no campo. Então, é interessante colocar isso. E aqui eu chamo a atenção: uma das ações tem exatamente a ver com a pulverização, manuseio e aplicação de agrotóxicos. Quer dizer, ela tem atividade e o porquê. Por que não pode? Porque expõe o adolescente, a criança a substâncias químicas, pesticidas, fertilizantes, e em relação à saúde isso pode gerar intoxicações agudas, crônicas e tal. Então, tem sempre uma explicação para que não fique uma coisa sem justificativa. Ela é bem... E foram intensas as discussões até para decidir incluir ou não aquela atividade na Lista TIP.



Eu trouxe aqui as 11 atividades que são relativas especificamente à agricultura, à pecuária, à silvicultura e à exploração florestal. A nossa Lista TIP tem 94 atividades.

E é bom dizer também que nós somos reconhecidos, o Brasil é reconhecido por ter sido um dos primeiros países a, numa construção coletiva, elaborar a sua Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, que, a partir do momento ratificou a Convenção 182 da OIT, a gente assumiu esse compromisso de elaborar a nossa Lista.

E eu trouxe aqui também uma parte do nosso plano nacional, que demonstra que na época da elaboração da segunda versão do nosso plano em 2011 também havia essa preocupação com o trabalho infantil na agricultura, obviamente. E existem algumas ações voltadas especificamente para esse setor. Por exemplo, promover oficinas com técnicos especialistas para aprofundar o conceito de trabalho infantil no meio rural, que é exatamente um olhar nosso para a gente tentar desnaturalizar essa cultura que acha o trabalho infantil natural, é melhor está trabalhando do que estar em casa, alguma coisa desse tipo.

Então, a gente está no momento agora de monitoramento do plano, quer dizer, os órgãos envolvidos, os responsáveis pelas ações têm nos mandado... Nós, como coordenação da CONAETI... Eu sou suplente, o titular é o Leonardo Soares, que também é auditor fiscal do trabalho. A gente está exatamente nesse momento de recolhimento do que já foi feito para a gente poder fazer uma compilação e verificar, já que a gente está no meio do planejamento das ações, como está essa implementação, se precisa revisar alguma coisa ou se a gente está muito além do esperado, que eu espero que seja isso, e a gente já pode alçar novos voos.

E aqui, não é, Tânia? Você falou da importância da sensibilização e tal. Quer dizer, aqui a gente pode em conjunto verificar como a gente pode construir e até aprofundar esse tipo de ação já prevista no plano.

Aqui eu trouxe um dado da nossa fiscalização. E aí falando um pouco da fiscalização na agricultura propriamente dita.

Como eu falei, como o nosso papel de auditor para determinar o afastamento e o pagamento de verbas ocorre sempre quando a gente reconhece a figura do empregador, esses dados aqui então não trazem, por exemplo, a economia familiar,



porque, em relação à economia familiar, o nosso papel da inspeção é de fortalecimento da Rede de Proteção.

Eu trago aqui alguns dados da inspeção quando a gente verifica a figura do empregador. E o que eu tenho aqui, e que é um bom dado, um bom gráfico, positivo, mas que para a gente da inspeção é sempre um desafio... Porque a gente aumentou um pouco o número de ações fiscais de 2011 até 2013, e houve uma redução do número de afastamentos.

Por que eu disse que é positivo? Significa então que os empregadores, pelo menos que a gente tem fiscalizado, não têm empregado crianças e adolescentes ou têm empregados menos. Ou seja, existe uma redução do número de crianças e adolescentes em situação de vínculo de emprego na agricultura.

E por que é um desafio para a gente? Porque significa que, cada vez mais, a gente precisa planejar as nossas ações para ir de fato ao problema em si. Então, a gente precisa cada vez mais, inclusive do apoio da Rede de Proteção... E aqui eu chamo inclusive a CNA, CONTAG, para nos ajudar a identificar onde estão essas crianças e esses adolescentes em situação de vínculo, e pode ser formal ou informal, porque não precisa ser necessariamente um vínculo formal. Se a gente consegue identificar a figura do empregador, ainda que não tenha carteira assinada, é claro que a gente pode agir; pode, deve e precisa, porque esse adolescente, sim, está sem a proteção e sem a assistência devida.

Eu trouxe aqui um pouco os dados da nossa fiscalização. A gente tem — e aqui chamando a atenção — um sistema chamado Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho infantil, que para gente é chamado carinhosamente de SITI. Ele fica disponível no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esse sistema, esses dados são públicos, qualquer pessoa pode colocar um CNAE, pode colocar um Município, pode colocar uma atividade da Lista TIP, e ela vai verificar quantas fiscalizações foram realizadas, quantos meninos ou meninas foram afastados e quais foram os encaminhamentos dados.

Mais uma vez destacando: a nossa fiscalização tem um trabalho bastante significativo ao anterior, de planejamento. Durante a ação fiscal a importância do trabalho em conjunto, e, terminada a ação fiscal, é fundamental os encaminhamentos que a gente dá com os relatórios para o MDS, para o MPT, para o Ministério Público, para os Conselhos Tutelares.



Então, eu trouxe aqui... E só chamando atenção: em 2011, 78 ações fiscais; houve 164 afastamentos de crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular. Em 2012, 79 ações fiscais — está bom que o número não aumentou tanto, mas houve uma redução significativa do número de afastamentos —, foram 127 afastamentos. Em 2013, 83 ações fiscais, 96 afastamentos. Então, tem havido uma queda. Existe o problema, a gente reconhece e a gente quer chegar nele, mas cada vez é mais difícil para a fiscalização chegar, por isso a importância mais uma vez desse trabalho em conjunta: que nos ajudem a identificar essas situações. A gente tem o compromisso e a gente busca. Enquanto esse número não estiver zerado, a fiscalização vai trabalhar para que a gente chegue ao objetivo maior do Brasil, que é a erradicação sustentável do trabalho infantil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Sra. Karina, a senhora já falou por 39 minutos. Darei 1 minuto para concluir. Já se passaram 39 minutos.

**A SRA. KARINA ANDRADE LADEIRA** - Então, rapidamente, eu trouxe três pontos como reflexão, conclusão, observação, para que a gente durma à noite pensando nisso. Existe então uma redução do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular numa relação de emprego, mas ainda existe o problema. Precisamos enfrentá-lo, precisamos acabar com isso.

E eu não combinei com nenhum de vocês, mas eu acho que isso é uma unanimidade, a importância que a gente leve a informação para sensibilizar, conscientizar todas as pessoas, toda a população sobre os malefícios do trabalho infantil, para acabar com essa cultura que acha que o trabalho infantil natural, normal, e que é melhor trabalhar do que estar na rua ou qualquer outra coisa tipo.

E, para fechar, uma alternativa e uma porta de saída que a inspeção reconhece é o que a gente falou no início: a aprendizagem. Mas a aprendizagem verdadeira. É o contrato especial de trabalho, com três figuras, com a instituição profissionalizante. No caso do meio rural, chamando o Sistema S, para que a gente possa de fato levar a aprendizagem para o meio rural e para que a gente consiga então levar a profissionalização para os adolescentes, mas de uma forma digna, para que eles saiam com uma profissão e com um ensino regular concluído, porque também é uma unanimidade fundamental é a educação para a erradicação sustentável do trabalho infantil.

Obrigada. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Parabenizamos e agradecemos a Sra. Karina Andrade Ladeira pela sua exposição.

Consultaria a nossa Relatora e os nossos convidados, que às vezes tem voo marcado, sobre um filme de 10 minutos, que tem aí, da Tânia Dornellas. Quer fazer as considerações e, depois, quem puder vê o filme? Ou a gente vê o filmezinho? Queria saber da nossa nobre Deputada Luciana Santos a sua opinião.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Eu acho até importante até para poder ficar aqui no registro de todo o relatório da CPI, de todo o trabalho da CPI, mas eu mesma tenho que falar e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - A gente sabe das... Então, vamos lá. Com a palavra a nossa Relatora, Deputada Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Eu penso que, mais uma vez, foi uma audiência pública muito profícua, que nós certamente vamos agregar muito valor aqui ao relatório que nós vamos realizar ao término dos trabalhos, até porque hoje nós elegemos esse assunto, que é evidente, dos ganhos e das vitórias que nós já obtivemos no País no que diz respeito a esse esforço de erradicar o trabalho infantil, já ressaltado aqui por Valéria.

Eu acho importante pontuar que o Brasil tem procurado fazer o dever de casa, sem dúvida desde o PETI, que vem da década de 90, mas associado ao Bolsa Família, aos programas sócias de distribuição de renda. E, sem dúvida, o Bolsa Família, pela exigência de estar na escola, por uma série de variáveis, tem construído de maneira significativa para que a gente tenha esse desempenho.

Mas é evidente que quanto mais a gente consegue resolver e equacionar o grosso, mais difícil fica de a gente ter um olhar mais cirúrgico, mais clínico, ou melhor, mais do que clínico, cirúrgico. Ou melhor, talvez estejamos no olhar clínico; ainda não entramos na cirurgia.

Eu não sou médica, não. Pela minha formação, sou engenheira, mas acho que é este exatamente o objetivo aqui desta CPI, que a gente saia daqui com formulações, com proposições que tornem eficaz esse objetivo a que a gente se propõe.

Do que eu percebi desse conjunto de intervenções que foram feitas aqui, eu acho que o papel não só da CNA, mas de todos do Sistema S, do CENAR, precisa



ser mais proativo e ter mais diálogo com esse conjunto de políticas públicas que estão em curso — elas são evidentes — e das organizações sociais, porque como bem disse a Karina, não é possível a gente resolver isso se não for em rede, se não for de maneira articulada.

Eu fui Prefeita da minha cidade por 8 anos e eu acho também que os Municípios têm um papel fundamental, porque as pessoas não moram no Estado, não moram na União; elas moram nos Municípios. E há necessidade de se estabelecerem verdadeiros comitês de enfrentamento do trabalho infantil, lançando mão dessas... Assim como a gente faz vários comitês, porque isso tem a ver com controle social e com o debate de ideias, que é uma questão que também precisa ser enfatizada. Ainda há uma cultura da naturalização disso, e a gente precisa ver isso de maneira conjunta.

Acho também, Clélia, que essa discussão... Retomo isso, pois já disse há 15 dias: mas acho que é necessário que o Ministério da Educação de fato observe melhor esse fenômeno das escolas do campo. Amanhã mesmo, sexta-feira, se a gente conseguir encerrar os trabalhos amanhã — não é Deputado? —, provavelmente eu vou estar numa ONG que desenvolve educação no campo, que é o SERTA, que para mim é um exemplo, porque para o campo e no campo. O conceito, a cultura, leva em conta o ambiente, o *habitat* daquelas pessoas que têm essa vida no campo, e a gente precisa levar em conta a cultura de cada local, para poder se adaptar e contribuir nesse sentido.

Eu acho que também é preciso que a gente observe melhor esse fenômeno, porque, com o advento do transporte escolar, até mesmo por conta do difícil acesso dos professores, houve uma série de variáveis que foram reduzindo a escola no campo, e a gente precisa ver como enfrentar isso, como dar respostas a essa questão.

Eu ia fazer uma brincadeira com você Karina. Eu estava dizendo à Tânia que eu vou levar a Karina lá pra... porque ela dá para ser uma professora também. É bastante didática. (*Risos.*) Vou levar ela para formar lá os... Porque esse problema da formação também é muito importante. Os gestores públicos precisam ter um processo de capacitação também, nesse esforço que a gente faz de juntar forças pra fazer o enfrentamento.



Então, que eu deixaria de observação é isso. Eu acho que a ação pode ser, Rodrigo, que seja mais proativa, mas a sensação que eu tive da sua intervenção é que ela é muito... Eu não senti uma atuação mais proativa das organizações dos empregadores, que têm que ter um papel mais incisivo nisso. Porque, se o empregador tiver uma atitude mais vigilante, a gente pode ter resultados diferenciados. E fazer uma parceria com o Ministério do Trabalho. E eu acho que as organizações que representam é que têm o maior poder de fogo de fazer valer o direito e de garantir esse direito.

Deixaria essa observação aqui. Desculpem-me se eu não vou ouvir as... Mas, depois, eu ouço, porque está tudo está registrado, porque de fato, como disse aqui a Deputada Sandra Rosado, a gente tem que aqui viver como um equilibrista de prato: quando o prato está caindo, a gente corre ali para aquela determinada Comissão, porque a gente tem um requerimento, porque a gente tem não sei o que para aprovar, e gente fica aqui nessa loucura que é o funcionamento, ainda, do Legislativo.

Mas eu agradeço muito a presença de todos vocês. Eu tenho certeza que todas as contribuições vão ser muito relevantes aqui para o nosso relatório.

Muito obrigada. Boa Tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Nós agradecemos a intervenção a nossa Relatora, Deputada Luciana Santos. E daremos 1 minuto para cada expositor faça as suas considerações finais.

Eu não vou começar pela Karina, porque, se não vai agarrar ali. Vou começar pela outra ponta, com 1 minuto de lá para cá.

Gostaria só que a Valéria, nesse 1 minuto que ela vai falar, porque eu não sei se eu entendi direito, mas ela disse que o ápice do PETI do no ano 2000, e depois foi ladeira abaixo. Eu queria saber se continua descendo a ladeira ou já tem um trabalho de recuperação do PETI.

Então, Carlos Jurunna, 1 minuto para as suas despedias e considerações finais, improrrogável.

**O SR. CARLOS JURUNNA DE SOUZA CASTELLO BRANCO** - Eu queria a agradecer a oportunidade de falar pelo Ministério da Agricultura e gostaria de dizer que estamos à disposição para qualquer eventualidade, para alguma coisa com que





nós pudermos contribuir, nós estamos à disposição da Plenária e dos demais. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Obrigado, Carlos.

Valéria Maria Gonelli.

**A SRA. VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI** - Deputado, acho que houve um engano. O PETI inicialmente, nos anos 90, ele começou como projeto. Depois, ele passou a ser acessado pelos Municípios do Brasil que o quisessem. Hoje, ele é universal para todos os Municípios do Brasil, não desceu nenhum momento ladeira abaixo.

A questão do trabalho infantil é uma violação de direito e, portanto, está no cardápio da Política de Assistência Social, como erradicação. Então, o programa está circunscrito hoje nesse redesenho a 1.032 Municípios, que vão fazer ações focadas para a busca ativa e concreta do trabalho infantil, ou seja, da localização. Mas ele está no Brasil inteiro, enquanto preocupação do Sistema Único de Assistência Social e enquanto ação do Sistema Único de Assistência Social. Então, isso é importante ter clareza.

E o serviço, inclusive, de fortalecimento, o serviço de contraturno — vamos dizer assim —, o serviço no horário diferente ao da escola está em 5.036 Municípios do Brasil hoje, na grande maioria dos Municípios de pequeno porte, como eu demonstrei ali, exatamente pela contingência do trabalho infantil.

Bom, era esse esclarecimento, para responder. E também agradecer esta Comissão, para que a gente de fato possa continuar contribuindo, ter essa contribuição e esse olhar do Parlamento no sentido dessa questão, dessa violação aos direitos de crianças e adolescentes.

Então, parabéns aos senhores também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Muito obrigado, Valéria Maria.

Rodrigo Hugueney, 1 minuto para a sua despedida e considerações finais.

**O SR. RODRIGO HUGUENEY DO AMARAL MELLO** - Primeiramente, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e falar que a CNA está à disposição para qualquer dúvida sempre. E para a Deputada Luciana, que vai ouvir posteriormente, eu tomei nota de tudo o que ela falou. E a CNA vai procurar ser mais proativa, juntamente com o MTE, ou até mesmo com a CONTAG, porque,



como eu falei antes, não tem o lado de empregador, trabalhador e Governo, e, sim, todos contra o trabalho infantil. Então, vamos tentar buscar essa proatividade de que a Deputada Luciana falou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Obrigado, Rodrigo. Nós é que lhe agradecemos.

Sra. Clélia Brandão, 1 minuto.

**A SRA. CLÉLIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO** - Eu quero, mais uma vez, agradecer esta oportunidade e dizer da importância do trabalho da educação, que não é o único trabalho que vai ajudar a superar e — mais do que isso — a erradicar o trabalho infantil, mas a educação tem papel fundamental. Acho que, entre todas as metas, uma que é de grande importância é a implantação em todas as escolas da educação em tempo integral, porque o aluno teria o tempo todo ocupado com outras atividades, com atividades importantes. É lógico que é preciso construir escolas, mas essa metodologia da escola em tempo integral é fundamental. Então, agradeço, coloco-me à disposição e gostaria muito de depois, ter conhecimento sobre o resultado da CPI, para ver o que nos compete nesse trabalho.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Nós é que lhe agradecemos, Sra. Clélia Brandão.

Clóvis Bouffleur, Gestor de Relações Institucionais da Pastoral da Criança, a quem agradecemos. V.Sa. tem 1 minuto para sua despedida e considerações finais.

**O SR. CLÓVIS BOUFFLEUR** - Esse assunto foi de extrema felicidade, o seu debate, a sua forma de discussão. Algumas questões, talvez, precisem ser retomadas em oportunidades que certamente virão, como o impacto nas famílias da forma como os recursos públicos do Estado propõem soluções. A gente tem aí questões como aumento de renda *versus* aumento de consumo das famílias e aumento da necessidade de mais trabalho, de mais renda e que isso tem uma repercussão também na área rural. Então, o Bolsa Família enfrenta esse debate neste momento. Então, é um assunto que precisa ser trazido à tona, porque a gente soluciona de um lado e cria demandas de outro.



E quero dizer claramente que, em todos esses processos, a família deve ser o centro da atenção, tanto para o diálogo e a busca de soluções, como também para a definição de estratégias para, a longo prazo, resolver certos problemas sociais. A Pastoral da Criança, a CPT — Comissão Pastoral da Terra e outras pastorais são referências para essa discussão, e nós estamos à disposição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Nós é que lhe agradecemos, Sr. Clóvis.

Tânia Dornellas, 1 minuto para suas considerações finais e sua despedida.

**A SRA. TÂNIA MARA DORNELLAS DOS SANTOS** - Agradeço mais uma vez o convite desta CPI para que a CONTAG participasse deste debate que é tão caro para a gente. E quero falar que, como a Mesa já colocou a intersetorialidade e o compartilhamento, não só de informações, mas também a integração das políticas e dos atores, porque não adianta você integrar as políticas em âmbito nacional, se lá na base essa integração não sai do papel. Essa é uma estratégia de que a gente precisa, é um exercício novo para a gente, mas a gente precisa realmente fazer com que ele se torne efetivo. E quero falar que a CONTAG está sempre à disposição para tratar desse tema, para tratar da questão da educação no campo, do fechamento das escolas.

O debate sobre o trabalho infantil não é um debate fácil; ele é um debate extremamente complexo, ele envolve várias dimensões que precisam ser analisadas. E eu espero que esta CPI consiga realmente trazer um resultado que contribua para esse debate, principalmente resultados que a gente consiga depois colocar na prática, resultados que sejam efetivos. E, no que precisar, a CONTAG está à disposição para contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Obrigado, Tânia Dornellas.

Sra. Karina Andrade Ladeira.

**A SRA. KARINA ANDRADE LADEIRA** - Vinte minutos para mim?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Um minuto. *(Risos.)*

Vamos lá, a senhora está com a palavra.

**A SRA. KARINA ANDRADE LADEIRA** - Quero agradecer a oportunidade, dizer que foi um prazer estar aqui. A Fiscalização do Trabalho está à disposição



para qualquer tipo de questionamento e participação aqui. Para a gente, é sempre um grande prazer mostrar o nosso trabalho e, mais uma vez, destacar: sim, nós temos desafios a cumprir; nós não erradicamos o trabalho infantil, mas também já fizemos grandes avanços. E é bom destacar isso. E um dos nossos grandes avanços é exatamente em relação à promoção do diálogo social. Então, por exemplo, na CONAETI, a gente tem trabalhadores, empregadores, Governo, sociedade civil e organismos internacionais sempre e com um objetivo comum. Até como falou o Rodrigo, não tem o lado de cá e o lado de lá, todos queremos erradicar de forma sustentável o trabalho infantil no Brasil. Eu acho que é muito bom destacar isso, é muito bom reconhecer isso.

E eu queria agradecer a todos os presentes por ficarem até às 6h15min da tarde aqui para nos ouvir. Eu tenho amigos, eu tenho colegas aqui. Muito obrigado a todos vocês. E agradeço à Mesa por me ouvir, por 5 minutinhos só, porque eu não passei do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Nós agradecemos à Sra. Karina Andrade Ladeira.

E esta Presidência agradece a todos os participantes. É sempre um ganho muito grande para esta Casa, principalmente, para esta Comissão e para a nossa Relatora, a partir do momento que vocês comparecem e expõem diversos pontos que vêm a somar muito para esta Comissão, que precisa elaborar um relatório final. E que este relatório possa realmente surtir efeito numa coisa tão grave ainda em nosso País que é a questão do trabalho infantil. E lá na Fiscalização do Trabalho Infantil, do Ministério do Trabalho e Emprego, que aquelas pessoas que cometam irregularidades, pessoas que insistam em escravizar, desrespeitar e manter o trabalho infantil, como ao que a gente tem assistido, que elas possam não se inspirar e não se sentir tranquilas, pelo que nós votamos ontem nesta Casa na Medida Provisória nº 627. Foi embutida na medida provisória uma anistia — uma coisa vergonhosa — aos planos de saúde, às seguradoras de saúde deste País. Uma anistia para multas que vai gerar em torno de 20 bilhões de reais... Quer dizer, é um estímulo para que os planos de saúde deste País continuem cometendo diversas irregularidades. Já foi para o Senado, que tem até o dia 21 para apreciar. Se o Senado aprovar, a instância final será esta Casa, que deve apelar para a Presidente Dilma no sentido de que possa vetar essa vergonha nacional que foi



votada ontem e que concedeu anistia de multas para as seguradoras de saúde, que giram em torno de 20 bilhões.

Então, aquelas pessoas que insistem em manter o trabalho infantil, insistem em desrespeitar as normas, as regras, os estatutos, os regulamentos e a fiscalização não podem se inspirar, contando que também as multas e as penalizações delas vão chegar a esta Casa e esta Casa fará um trabalho de fada madrinha, atendendo aos mais diversos interesses, que a gente também não sabe quais são.

A gente agradece. Eu deixo à vontade os nossos convidados: aqueles que precisam se ausentar e os que quiserem permanecer por mais 10 minutos para assistirem a um pequeno filme que a Tânia Dornellas, Assessora de Políticas Sociais da CONTAG, trouxe para exibir nesta audiência. Não é isso, Tânia?

**A SRA. TÂNIA MARA DORNELLAS DOS SANTOS** - Certo. O mais importante do vídeo é a fala da criança. O vídeo na verdade trata da educação no campo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Paulo César) - Então, vamos lá. Quem quiser pode se deslocar para a nossa assistência para assistir melhor... *(Pausa.)*

Esperaremos que se resolva o problema do som do vídeo.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no dia 16 de abril, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.

*(Exibição de vídeo.)*